

**A BAIXA-CHIADO:
UMA SALA DE AULA DINÂMICA E INTERDISCIPLINAR.
PROPOSTA DE INTERACÇÃO COM O PÚBLICO ESCOLAR.
(VOLUME I)**

Ângela Maria Pinto Malheiro

**Trabalho de Projecto
Mestrado em Práticas Culturais Para Municípios**

SETEMBRO, 2010



Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Práticas Culturais para Municípios realizado sob a orientação científica do Professor Doutor António Camões Gouveia e do Professor Carlos Vargas

Declaro que este trabalho de projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, _____ de Setembro de 2010.

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

Os orientadores,

(Professor Doutor António Camões Gouveia)

(Professor Carlos Vargas)

Lisboa, _____ de Setembro de 2010.

«Eu tenho uma espécie de dever. Dever de sonhar. De sonhar sempre, pois sendo mais do que um espectáculo de mim mesmo, eu tenho que ter o melhor espectáculo que posso.

E, assim, me construo a ouro e sedas, em salas supostas, invento palco, cenário para viver o meu sonho entre luzes brandas e músicas invisíveis.»

Fernando Pessoa

*Aos meus Pais,
a quem devo tudo.*

*Ao meu avô João,
que ensinou-me a fazer tudo com paixão.*

*À Isabel Rosa,
pelo exemplo de coragem e de persistência na luta pela Vida, até ao fim...*

*À Maria Inês e ao Ricardo Bayão Horta,
pela presença atenta e generosa em momentos importantes da minha vida.*

*Ao saudoso Professor Luís Krus,
pela referência que foi e será, pelas suas capacidades intelectuais e de trabalho,
mas sobretudo, pelo prazer inegável e contagiante de ensinar História.*

«Quem se olhou a fundo sabe que coisa alguma da sua vida, o pior e o melhor, dependem totalmente da sua vontade. Colaboramos, bem ou mal, mas fomos excedidos.»

Eduardo Lourenço

AGRADECIMENTOS

Não seria justo iniciar a apresentação do presente trabalho de projecto sem antes dirigir os meus mais sinceros agradecimentos a quem, de forma directa ou indirecta, contribuiu para que chegasse aqui.

Em primeiro lugar, agradeço à Professora Doutora Raquel Pereira Henriques, cujo exemplo de dedicação e profissionalismo estão na base de muito do meu trabalho como professora. Também a si devo o incentivo para continuar a formação.

Em segundo lugar, agradeço a todos os meus alunos do Colégio Sagrado Coração de Maria, pela fonte de inspiração que são diariamente, pela autenticidade crítica, pela simplicidade e generosidade com que se entregam ao seu trabalho, mesmo quando lhes é adverso e que levam-me a fazer mais, melhor e diferente.

Em terceiro lugar, agradeço aos meus colegas de trabalho pelas suas opiniões, reflexões e sugestões, mas sobretudo, pelo apoio incondicional e verdadeiro. Este trabalho também é deles e para eles.

À família e aos amigos, muito especialmente à Sofia Martins, à Fátima Silva, à Paula Pereira, à Margarida Dias e ao Luís Pedro Sousa pela presença, pelas palavras de apoio incessantes, mesmo nas minhas ausências e silêncios.

Finalmente, um agradecimento muito especial ao Professor Doutor António Camões Gouveia e ao Professor Carlos Vargas, não só como orientadores do trabalho de projecto, mas também como docentes do Mestrado de Práticas Culturais para Municípios. A ambos agradeço a franqueza de opiniões, a presença, a desconstrução de pensamento decorrente da reflexão, a atenção aos pormenores e ao todo e a capacidade ímpar de ver mais além, características dos mestres que, com mão firme, orientam os seus aprendizes. A tudo isto, acresce as qualidades humanas de ambos, que com simplicidade e humildade elevam a arte de ensinar e aprender.

Espero corresponder às expectativas de todos.

RESUMO

A BAIXA-CHIADO: UMA SALA DE AULA DINÂMICA E INTERDISCIPLINAR. PROPOSTA DE INTERACÇÃO COM O PÚBLICO ESCOLAR.

Ângela Maria Pinto Malheiro

PALAVRAS-CHAVE: Escola e o Meio; Educação Integral, Património Cultural, Baixa-Chiado; Itinerários Culturais.

As cidades e o respectivo Património são recursos fundamentais para as sociedades contemporâneas apresentando-se como importantes espaços dinamizadores de educação. A interacção entre a Escola e o Meio passa a ser inevitável e uma estratégia preponderante para a formação pessoal e social, visando a Educação Integral dos indivíduos. A aprendizagem de conhecimentos e o desenvolvimento de competências realizados na Escola ganharam uma importância fundamental na construção da cidadania e a Educação Patrimonial um importante instrumento para essa construção.

O estudo do Meio envolvente à Escola, sobretudo a partir do Património, assume um papel de destaque, enquanto recurso didáctico-pedagógico, para a aquisição e desenvolvimento das competências definidas para o Ensino Básico. A Escola que privilegia o conhecimento das memórias colectivas estará a privilegiar a formação de uma consciência cívica, autónoma, responsável e solidária.

O exemplo da Baixa-Chiado, pelo seu carácter simbólico, enquanto síntese da dimensão da cultura portuguesa, permite valorizar o território como um monumento único, mas também como um organismo vivo, onde se cruzam tempos históricos e decorrem interacções sociais, económicas, políticas e culturais relevantes. Paralelamente, o valor multidisciplinar da Baixa-Chiado tornam-na num importante recurso didáctico-pedagógico que permite a aquisição e o desenvolvimento das competências – gerais e específicas – definidas para o Ensino Básico, nomeadamente para o 8º ano de escolaridade.

A definição de três Itinerários Culturais, para o território da Baixa-Chiado, é prova da possibilidade de criar projectos pedagógicos interdisciplinares, que estreitam a relação da Escola com Meio e fomentam a Educação Integral.

ABSTRACT

BAIXA-CHIADO: A DYNAMIC AND INTERDISCIPLINARY CLASSROOM. PROPOSAL FOR INTERACTION WITH THE PUBLIC SCHOOL.

Ângela Maria Pinto Malheiro

KEYWORDS: School Surroundings; Integral Education, Cultural Heritage, Baixa-Chiado; Cultural Routes.

Heritage Cities and their resources are fundamental to contemporary society presenting themselves as important facilitators of education spaces. The interaction between the School and its surroundings now inevitable and a prevailing strategy for personal and social education, aiming at the Integral Education of individuals. The acquisition of knowledge and skills development conducted in the school gained an important role in building citizenship and heritage education an important tool for such construction.

The study of the School Surroundings, especially from Heritage, took a leading role as a teaching resource and pedagogical, to acquire and develop skills defined for Basic Education. The school that focuses on knowledge of the collective memories will focus on the formation of a civic conscience, independent, responsible and caring. The example of Baixa-Chiado, its symbolic nature as a synthesis of the size of Portuguese culture, allows development of the area as a unique monument, but also as a living organism, where they intersect historical times and resulting social interactions, economic, political and cultural relevance. In parallel, the multidisciplinary value Baixa-Chiado. Makes it an important resource that allows educational and pedagogical development and acquisition of skills - general and specific - set for primary education, particularly for the 8th grade.

The definition of three Cultural Routes for the territory of Baixa-Chiado, proves the possibility to create interdisciplinary educational projects, which tightens the relationship between the School and Environment and the stimulation of Integral Education.

ÍNDICE

(Volume I)

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DE PROJECTO	2
3. A ESCOLA E O MEIO	4
3.1. Educação Integral - o papel da Escola e os novos desafios	4
3.2. A Educação Patrimonial como instrumento de cidadania.....	8
3.3. O Meio/Património como recurso e potenciador de competências	11
3.4. O exemplo da Baixa-Chiado como referência territorial e cultural.....	14
4. BAIXA-CHIADO E A ESCOLA – A RELAÇÃO COM O PÚBLICO ESCOLAR.....	20
4.1. O território e respectivo Património - um recurso didáctico-pedagógico para o desenvolvimento de competências do Ensino Básico.....	20
4.2. Uma proposta interdisciplinar para o 8º ano de escolaridade	29
4.3. Uma proposta de diagnóstico da ocupação, uso e vivência do território pelo público escolar.....	43
5. CONCLUSÃO	46
6. BIBLIOGRAFIA	51

ÍNDICE

(Volume II)

ANEXO 01	
Mapa - Plano de Reconstrução de 1758	3
ANEXO 02	
Mapa da divisão geográfico-administrativa da Baixa-Chiado	4
ANEXO 03	
Proposta da área a classificar de Património Mundial	5
ANEXO 04	
Imóveis com a classificação de Monumento Nacional e integrados em Zonas Especiais de Protecção	6
ANEXO 05	
Imóveis em vias de classificação como Monumento Nacional.....	7
ANEXO 06	
Imóveis de Interesse Público	8
ANEXO 07	
Imóveis integrados no Inventário Municipal (de acordo com o PDM)	9
ANEXO 08	
Organização Curricular do 3º Ciclo do Ensino Básico	18
ANEXO 09	
Itinerário Cultural – A Baixa-Chiado Geométrica	19
ANEXO 09 – A	
Plano de Actividades da Fase I	22
ANEXO 09 – B	
Materiais Didáctico-Pedagógicos de apoio à Fase I	24
ANEXO 10	
Itinerário Cultural – D’ Olho nas (In)Diferenças	53
ANEXO 10 – A	
Plano de Actividades da Fase I	56
ANEXO 10 – B	
Materiais Didáctico-Pedagógicos de apoio à Fase I	59

ANEXO 11	
Itinerário Cultural – <i>Baixa-Chiado ConVida</i>	71
ANEXO 11 – A	
Plano de Actividades da Fase I e II.....	78
ANEXO 12	
Questionário - “ <i>A ocupação do território da Baixa-Chiado pelo público escolar</i> ”	82
ANEXO 13	
Agrupamentos de Escolas – Concelhos abrangidos pela Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo	87
ANEXO 14	
Agrupamentos de Escolas correspondentes à Área Metropolitana de Lisboa	88
ANEXO 15	
Escolas com Ensino Secundário – Concelhos da Sub-região da Grande Lisboa.....	89

1. INTRODUÇÃO

«...a cultura só se enriquece se for aberta e cosmopolita, se for ponto de encontro e encruzilhada (...), mas também lugar de intercâmbio e exigência que envolva a cooperação (...) e um diálogo activo com a educação e a ciência, tendo como referência o que de melhor se faz no mundo.»

Guilherme d' Oliveira Martins¹

No mundo global em que vivemos muitos são os debates em torno da Cultura reconhecendo-a como um importante eixo estratégico para o desenvolvimento económico e social, mas também como «...factor de desenvolvimento intelectual da sociedade e dos indivíduos que a compõem.»²

Hoje, o conhecimento, a criatividade e o saber são bases de competitividade e por isso, a sociedade reinventa-se constantemente, no que diz respeito aos conceitos e produções culturais, no sentido de maior dinamismo e consequente atracção de públicos.

A produção e fruição culturais variam indubitavelmente de sociedade para sociedade. São fruto de investimento, mas também reflectem o nível de instrução e formação que a Escola proporciona desde os ciclos de ensino mais elementares.

Nunca como hoje, a Escola tem sido alvo dos mais significativos investimentos, quer ao nível da formação, quer ao nível dos recursos físicos e materiais. Por outro lado, a sociedade reclama e aponta para a Escola a maioria das responsabilidades dos problemas mais nefastos da actualidade. Muito mais que um local de instrução académica, a Escola de hoje é também, espaço de importantes interações sociais, onde a educação para as atitudes e valores adquire uma notoriedade, decorrente do expressivo valor atribuído à formação integral, incluindo nela a Educação para a Cidadania.

A Escola deve promover experiências que visem não só a autonomia, a cooperação, a criatividade, a troca de saberes, o sentido crítico dos seus alunos, sendo relevante para o efeito, a observação e análise do meio numa reconciliação com o território municipal onde a relação Escola/Meio adquire um papel de destaque. Desde modo, o Património conquista um papel expressivo para a Escola, como um relevante e eficaz recurso didáctico e pedagógico pluridisciplinar.

¹ MARTINS, Guilherme d' Oliveira, *Portugal - Identidade e Diferença*, Lisboa: Gradiva Editores, 2007, p.10.

² VILAR, Emílio Rui, "Sobre a Economia da Cultura" in *Comunicação e Cultura*, nº 3, Lisboa: Químera, 2007, p. 131.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DE PROJECTO

As cidades, os seus lugares e respectivo Património constituem espaços dinamizadores de educação «...*uma autêntica agência de formação devota ao progresso moral, espiritual e material de todos os seus membros.*»³

Partamos do exemplo da cidade de Lisboa.

Nas palavras de José Cardoso Pires «*É possível definir Lisboa como um símbolo.*»⁴ e a Baixa-Chiado a sua maior montra, não só pelo seu passado, mas também pelo seu presente como «...*suporte de uma dinâmica afectiva e simbólica.*»⁵ Enquanto espaço emblemático da cidade, o seu território eleva o Património à condição não só de testemunho, mas também de objecto que deve ser observado, analisado, apropriado para melhor defendê-lo e preservá-lo. Por outro lado, é um território com interessantes dinâmicas, rupturas e contrastes – sociais, económicos e culturais.

A Baixa-Chiado é um «*monumento-coração da cidade*»⁶, um organismo vivo, cujo Património também constitui um forte elo de ligação entre o Meio e a Escola, como um importante recurso didáctico e pedagógico pluridisciplinar.

O trabalho de projecto aqui apresentado tem como foco central o território concreto da Baixa-Chiado, o respectivo Património e as suas dinâmicas quotidianas, relacionando-as entre si e explorando-as como um importante recurso didáctico e pedagógico pluri e interdisciplinar, inserido num quadro que configura o papel e a missão da Escola, como um espaço de Educação Integral.

Pretende-se comprovar a importância e o valor do Património, concretamente o território da Baixa-Chiado, no desenvolvimento de competências – gerais e específicas – do Ensino Básico, através da criação de três projectos designados de *Itinerários Culturais*, nos quais há a intervenção de todas as áreas curriculares disciplinares do 8º ano de escolaridade.

Assim, na primeira parte do trabalho faz-se uma abordagem sobre a importância da Escola e o Meio envolvente quanto à missão, aos desafios e as interacções necessárias, com

³ CARNEIRO, Roberto, *Educação para a Cidadania e Cidades Educadoras*, Macau: Leal Senado de Macau, 1998, p.24.

⁴ PIRES, José Cardoso, *Lisboa, Livro de Bordo. Vozes, olhares, memorações*, 6ª edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2001, p.49.

⁵ GUERRA, Isabel, *A Baixa Pombalina: Diagnósticos, Prospectiva e Estratégia de Actores*, Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 1.

⁶ LAMAS, António, “Que futuro para a Baixa Pombalina? Mesa-redonda, Forte de Sacavém, 30 de Abril de 2004” in *Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, nº21, Lisboa: Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro 2004, p. 227.

especial ênfase para as questões relativas à Educação Integral, particularmente a Educação para a Cidadania e neste contexto, o valor do Património como recurso e potenciador de competências.

A segunda parte do trabalho centra a atenção no território da Baixa-Chiado e a sua relação com a Escola, não só como instrumento de conhecimento, mas também como recurso didáctico-pedagógico para o desenvolvimento das competências – gerais e específicas - do Ensino Básico.

Depois de uma delimitação geográfica do território em questão valorizar-se-á o seu Património, como eixo central, a partir do qual concretizam-se importantes dinâmicas, que são por si só testemunhos reais e vivos, com benefícios de variada ordem para o público escolar, que se encontra numa importante fase de formação académica e sócio-afectiva.

De acordo com o valor, implícito e explícito, do Património da Baixa-Chiado para o contexto escolar, e depois de realizada uma análise minuciosa das orientações curriculares do 3º Ciclo do Ensino Básico, serão apresentados três projectos de interacção do público escolar com o território, designados de *Itinerários Culturais*. Apesar dos projectos se direccionarem para o público escolar, eles estão orientados especificamente para o 8º ano de escolaridade, com uma promoção clara e inequívoca da interdisciplinaridade. A operacionalidade dos referidos *Itinerários Culturais* será fundamentada e apoiada por um conjunto diversificado de materiais didácticos, como recurso para a efectiva concretização dos objectivos definidos.

Para finalizar, antes de uma síntese de todo o trabalho desenvolvido, e porque escasseiam estudos nesta área, será apresentada uma proposta de aplicação de um inquérito, com o principal objectivo de aferir, junto das Escolas da Área Metropolitana de Lisboa, mais concretamente as da área da Grande Lisboa, sobre a ocupação, uso e vivência do território da Baixa-Chiado pelo público escolar, entre o 5º e o 12º ano de escolaridade.

3. A ESCOLA E O MEIO

«A escola é uma cidade, laboratório, oficina, uma comunidade de trabalho; a educação é uma acção, o que há que revolucionar são os métodos e não os programas (estes devem ser flexíveis), a acção pelo trabalho efectivo e não em exposições verbais, exigindo do educando o esforço, sem pretender tornar o estudo “interessante”.»

Vitorino Magalhães Godinho⁷

3.1. Educação Integral - o papel da Escola e os novos desafios

A Educação é, por definição, a acção de «...desenvolver no indivíduo, especialmente na criança ou no adolescente, as suas capacidades intelectuais e físicas e de lhe transmitir valores morais e normas de conduta que visam a integração social (...) de formar e enriquecer o espírito, de se instruir.»⁸ e a Escola o espaço específico dessa formação.

Longe vão os tempos em que a Educação estava associada a um privilégio e por isso, acessível a um grupo muito restrito da população.

Em Portugal, com a Revolução Liberal, assiste-se a uma valorização inédita da Educação, que apresenta-se como um conceito mais inclusivo, uma categoria dos direitos de cidadania, ao qual estará ligado o próprio direito de voto. Assim o estabelecia, em Portugal, a Constituição de 1822 no artigo 33º que excluía os maiores de vinte e cinco anos que não soubessem ler e escrever.

Contudo, é com a I República e o Estado Novo que «...o sistema escolar oficial mais estreitamente se vincula a um projecto de sociedade.»⁹

A I República dará particular destaque à Educação que adquire uma dupla missão – de instruir um povo, maioritariamente analfabeto e de criar uma verdadeira consciência cívica. Assim, a escola primária¹⁰, passou a ser encarada como um símbolo do progresso nacional, o professor primário «o grande obreiro da civilização»¹¹ e todo o processo educativo

⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães, “Prefácio” in SÉRGIO, António, *Educação Cívica*, 3ª edição, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984, p.5.

⁸ “Educação” in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: Editorial Verbo, I Volume, s.d., p.1331.

⁹ IGREJA, Manuel de Azevedo Almeida, *A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de história e geografia de Portugal e História - 2.º e 3.º ciclos do ensino básico: da reforma curricular (1989) à reorganização curricular (2001)*, Dissertação de Mestrado em Educação, Braga: Universidade do Minho, 2004, p.111.

¹⁰ A adopção de práticas associadas ao culto da pátria, como a bandeira, o hino, os heróis nacionais, entre outros, contribuiu decisivamente para esse crescente papel e projecção na sociedade de então.

¹¹ “Decreto com força de lei de 29 de Março: Reorganizando os serviços da instrução primária” in *Diário do Governo*, n.º 73, de 30 de Março de 1911.

adquire o propósito maior de «...transmudar em cidadão o súbdito.»¹² Na verdade, a originalidade da escola republicana passou pela «...aposta na educação cívica como base do futuro cidadão.»¹³

O Estado Novo criou uma concepção de um sistema educativo, o qual se encontrava ao serviço da ideologia dominante¹⁴, assente em valores basilares como o de Deus, Pátria e Família. O analfabetismo, grande chaga social, revelou-se num pretexto do Estado para promover a Educação Nacional, onde a escola primária e o livro único apresentam-se como veículo primordial de «...coesão moral (...), de propaganda e de estruturação legitimador dos princípios nacionalistas.»¹⁵, e o professor o grande «moldador de almas, um escultor das novas gerações.»¹⁶ Deste modo, em 1940, aquando o início das comemorações do terceiro Centenário da Restauração da Independência e do oitavo Centenário da Independência de Portugal, Salazar anuncia aquela que viria a ser uma das mais significativas e propagandeadas acções do regime – o *Plano dos Centenários* – que consistia na construção de 12.500 salas de aula. Este facto, a par do alargamento do ensino obrigatório de três para quatro anos (1960) e mais tarde, para seis anos (1967), visava claramente a diminuição do analfabetismo¹⁷ imprimindo «...nas almas em formação (...) aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização e profundo amor à sua Pátria (...)»¹⁸ Deste modo, o sistema educativo do Estado Novo contribuía para a interiorização de um modelo de sociedade que traduzia projectos unificadores no plano político, simbólico e cultural. Em suma, uma «...inteligência preparada para a acção.»¹⁹

Após a revolução de Abril de 1974, novos conceitos e sucessivos modelos educativos foram implementados, não só como antítese aos modelos do Estado Novo, uma vez que «O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.»²⁰, mas também, porque o Estado Democrático reconheceu a importância de promover «...a democratização da educação

¹² HOMEM, Amadeu, *A Propaganda Republicana. 1870-1890*, Coimbra: Coimbra Editores, 1994, p. 11.

¹³ PROENÇA, Maria Cândida (Coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal (Séculos XIX-XX)*, Lisboa: Edições Colibri, 1998, p.70.

¹⁴ Cfr. IGREJA, Manuel de Azevedo Almeida, “A educação moral e cívica na escola do Estado Novo” in *A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de história e geografia de Portugal e História - 2.º e 3.º ciclos do ensino básico: da reforma curricular (1989) à reorganização curricular (2001)*, p.158-169.

¹⁵ NÓVOA, António, “Ensino Primário” in *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa: Bertrand Editora, volume I, 1996, p.305.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 287.

¹⁷ Apesar destas medidas, em 1950 a UNESCO apresentava Portugal como o país da Europa com maior nível de analfabetismo (cerca de 44%).

¹⁸ SALAZAR, António de Oliveira, “A Escola, a Vida e a Nação” in MOURA, Horário de, *Reflexões sobre os Discursos de Salazar*, Coimbra: Gráfica de Coimbra, s.d., p.65.

¹⁹ SALAZAR, António de Oliveira, *Como se reergue um Estado*, Lisboa: Esfera do Caos, 2007, p. 58.

²⁰ Artigo 43º, alínea 2, *Constituição da República Portuguesa, 1976*, 4ª edição, Coimbra: Atlântida, 1978.

e as condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista.»²¹

A última década do século XX assiste a profundas transformações internacionais no campo geopolítico²² e com elas cresce também, o interesse na promoção dos Direitos Humanos como veículo para uma sociedade justa e democrática levando a que tal período fosse apelidado de “a década da cidadania”²³, pelo uso sistemático do conceito *Educação para a Cidadania*. A Educação e o papel da Escola começaram, de forma sistemática e com maior projecção na comunidade internacional, a fazer parte da agenda de diferentes organizações internacionais²⁴ e do poder político «acompanhando o movimento de transnacionalização do campo educativo»²⁵

Um dos mais emblemáticos documentos elaborados para a UNESCO, vulgarmente conhecido por *Relatório Delors*²⁶, (re)define o papel da Educação apontando duas grandes missões. A primeira é a de que a maior ambição da Educação deve «... ser dar a todos os meios necessários para uma cidadania consciente e activa, que só pode realizar-se, plenamente, num contexto de sociedades democráticas.»²⁷ A segunda, sublinha a importância da Educação ao longo da vida «...para se tornar uma linha de força da sociedade civil e da democracia viva.»²⁸

Para responder de forma eficaz ao conjunto das suas missões o mesmo documento define quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo da vida, devem ser encaradas por cada um como os pilares do conhecimento – *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser*²⁹. Desta forma estavam definidas as bases para a implementação de políticas educativas que valorizassem a *Educação Integral*.

Assim, em Março de 2000, o Conselho da Europa de Lisboa apresentou como objectivos estratégicos para 2010: aumentar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e de formação na União Europeia; facilitar o acesso de todos aos sistemas de

²¹ Artigo 73º, *Constituição da República Portuguesa de 1976*.

²² Entre essas transformações é de recordar o fim do apartheid na África do Sul, a queda do Muro de Berlim, a desagregação da União Soviética e a democratização de antigos Estados comunistas da Europa de Leste. Na década de 90, o número de democracias formais cresceu de 76 para 117 (UNESCO, 2005).

²³ Expressão atribuída a DAHRENDORF, Ralf, “The changing quality of citizenship” in STEENBERGEN, Bart van (edição), *The Condition of Citizenship*, London: Sage Publications, 1994, pp. 10-19.

²⁴ UNESCO, Conselho da Europa, União Europeia, OCDE, entre outras.

²⁵ NEVES, Maria José dos Reis, *Educação para a Cidadania. Contributo para o estudo de Competências de Cidadania no 3º Ciclo do Ensino Básico*, Dissertação de Mestrado em Educação e Sociedade, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006, p. 21.

²⁶ DELORS, Jacques, *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*, 9ª edição, Lisboa: Edições Asa, 2005.

²⁷ Idem, ibidem, p.45.

²⁸ Idem, ibidem, p.55.

²⁹ Cfr. “Os quatro pilares do conhecimento” in *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*, 9ª edição, Lisboa: Edições Asa, 2005, pp.77-88.

educação e de formação; e abrir ao mundo exterior os sistemas de educação e de formação.³⁰

A Educação passou a constituir um tema recorrente na agenda dos Conselhos da Europa seguintes, os quais reforçaram o papel da Educação e da formação para o desenvolvimento pessoal dos cidadãos e principalmente para um desempenho activo da cidadania.

Consequência desta ampla reflexão, a Escola vê as suas competências amplamente alargadas ou acrescidas as suas responsabilidades para com a sociedade. A sua função não se esgota na mera transmissão de conhecimentos e passa a contribuir também, como um *«factor de desenvolvimento e de mobilidade social.»*³¹ A Escola ganha cada vez mais relevância na construção da cidadania, responsável nessa legitimada quer nos sistemas educativos, quer nos currículos escolares. Nesta matéria, os finais dos anos 80 são decisivos e marcam uma nova era da democratização do ensino em Portugal, com a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986³² e a Reforma Curricular de 1989³³. Com a reestruturação curricular, o alargamento da escolaridade obrigatória e a criação de novas e transversais áreas de formação pessoal e social como a Área-Escola, a Educação é encarada como uma acção formativa permanente *«orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.»*³⁴

No entanto, é com o Decreto-lei 6/2001, que esse paradigma educativo, ganha maior relevância ao valorizar a aprendizagem a partir do desenvolvimento de competências. Esta abordagem curricular corresponde a uma passagem *«de um sistema de ensino centrado nos saberes/conhecimentos do professor a um sistema de aprendizagem centrado no aluno, assumindo este uma responsabilização crescente na construção do seu próprio saber.»*³⁵

Hoje, a legislação portuguesa sublinha o papel do sistema educativo como resposta *«às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.»*³⁶ e a Educação, um meio para promover

³⁰ Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c11071_pt.htm [Consulta a 25 de Janeiro de 2010].

³¹ NEVES, Maria José dos Reis, *Educação para a Cidadania. Contributo para o estudo de Competências de Cidadania no 3º Ciclo do Ensino Básico*, Dissertação de Mestrado em Educação e Sociedade, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006, p.29.

³² Lei n.º 44/86, *Diário da República* n.º 237/86, Série I, de 14 de Outubro.

³³ Decreto-Lei n.º 286/89, *Diário da República* n.º 198/89, Série I, de 29 de Agosto.

³⁴ Lei n.º 44/86, art.º 1.º, n.º 2, *Diário da República* n.º 237/86, Série I, de 14 de Outubro.

³⁵ NEVES, Maria José dos Reis, *Op.cit.*, p.47

³⁶ Lei 49/2005, *Diário da República* n.º 166, Série I, de 30 de Agosto.

«o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.»³⁷

Estas perspectivas orientaram e apelaram ao uso de novos recursos e metodologias de ensino-aprendizagem, redefinindo o papel do professor como «um facilitador, um mediador da aprendizagem que ensina e aprende em interação com os alunos.» Em contrapartida, ao aluno «...é (deve ser) pedido que participe e se envolva activamente na construção do saber. Ele é (deve ser) encorajado a pensar, a investigar, a deduzir, a criticar, a colocar hipóteses, a “descobrir” por si próprio, a imaginar e a criar...»³⁸

A missão da Escola deixa de estar centrada exclusivamente na transmissão passiva de conhecimentos e fechada em si mesmo, para progressivamente ser um local interactivo, que promova a construção de saberes, a capacidade de criar e inovar, local de motivação, para uma aprendizagem activa em que todos os agentes são chamados a intervir de forma dinâmica, incluindo os exteriores à Escola.

Como refere Pedro Streckt, «Viver a escola de uma forma saudável é um bem de valor inestimável. Aprender a viver para viver a aprender é um mote tão importante que deve ser constantemente lembrado no dia-a-dia de quem educa e cuida dos mais novos. Porque nada acontece por acaso e é na escola que as crianças e os adolescentes passam uma quantidade de tempo extremamente significativa em toda a sua formação e integração individual e social. Para eles, a escola é uma parte do seu mundo.»³⁹ Deste modo, caberá à Escola proporcionar aos seus alunos experiências reais que promovam o contacto e o conhecimento efectivo da realidade, como resultado de uma herança cultural, partindo de um princípio absolutamente determinante - «Um cidadão responsável, tem que estar, de facto, informado e tem de conhecer para compreender.»⁴⁰

3.2. A Educação Patrimonial como instrumento de cidadania

O meio escolar é o local, por excelência, de formação dos futuros cidadãos, que se querem conhecedores, críticos, activos, inovadores e criativos e a Educação para a

³⁷ Idem, ibidem.

³⁸ MARTINS, Vítor Tavares, *Para uma Pedagogia da Criatividade*, Lisboa: Edições Asa, 2000, p. 23.

³⁹ STRECHT, Pedro, *A minha escola não é esta. Dificuldades de aprendizagem e comportamento em crianças e adolescentes*, Lisboa: Assírio & Alvim, 2008, p. 46.

⁴⁰ MARTINS, Guilherme de Oliveira, “Prefácio” in HENRIQUES, Mendo, *Educar para a Cidadania*, Lisboa: Plátano, 2000, p.6.

Cidadania⁴¹, enquanto área transversal de todo o ensino, o «...*espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.*»⁴²

A Educação para a Cidadania, enquanto componente do currículo escolar, tem como principal objectivo «...*contribuir para a construção da identidade e o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos.*»⁴³ A sua concretização efectiva-se através de um plano que «*abrange o trabalho a realizar nas diversas disciplinas e áreas do currículo.*»⁴⁴ Assim, temas como a educação para a saúde, a educação ambiental e a educação patrimonial, entre outras, podem ser desenvolvidas em todas as áreas curriculares – disciplinares e não disciplinares.

O carácter transversal da Educação para a Cidadania, a par da Língua Portuguesa e das Tecnologias de Informação e Comunicação, vulgarmente designadas de TIC, é fundamental para a valorização desta área curricular, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de uma consciência cívica, onde se conjugam conhecimentos, valores e acções «...*para uma participação reflectida e empenhada.*»⁴⁵

É inegável o crescente interesse, nas últimas décadas, pelo Património e respectiva preservação, como herança dos nossos antepassados, que merece e deve ser motivo de fruição. De acordo com Paulo Pereira, «*As culturas ocidentais integraram um ideal. O ideal do património. Este dado, com implicações sociais, políticas e antropológicas – o da necessidade de um Património Cultural, Herdado – é um ideal que nos acompanha (...) e invade suavemente o nosso quotidiano (...)*»⁴⁶ Também a Escola despertou para este ideal, sendo fundamental potencial este recurso único, inigualável e irrepetível, como mais-valia para o cumprimento efectivo da sua missão na sociedade actual.

⁴¹ A Educação para a Cidadania é uma área curricular não disciplinar que se inscreve na área da Formação Pessoal e Social, conforme vem enunciado na Lei de Bases do Sistema Educativo, e actualmente enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 6/2001.

⁴² Decreto-lei 6/2001, Artigo 5º - 3 c, *Diário da República* nº 15 – Série I -A, de 8 de Janeiro de 2001.

⁴³ Decreto-Lei n.º 6/2001, “Princípios, Medidas e Implicações”.

⁴⁴ Idem, ibidem.

⁴⁵ AFONSO, Maria Rosa; GIL, Helena Isabel de Miranda, *Educação para a Cidadania. Guião de Educação para a Cidadania em contexto escolar...Boas Práticas*, Lisboa: Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2007, p.17.

⁴⁶ PEREIRA, Paulo, “O Património como ideologia: as intervenções no património edificado”, in *Leituras*, nº 14-15, Lisboa: Biblioteca Nacional, Primavera - Outono 2004, p.27.

Hoje, o Património cultural é visto não só como um valor em si, mas também como um recurso de desenvolvimento económico e social, com respeito pela dignidade da pessoa humana - «*um valor primordial ou o valor-fonte de todos os demais valores.*»⁴⁷

Enquanto um processo dinâmico, permanente e sistemático, de carácter inter e transdisciplinar o Património cultural é um ponto onde convergem a memória, a herança e a criação e por isso, um factor dinamizador de uma cidadania participada. Assim, «*...o conhecimento e a prática respeitantes ao património cultural têm a ver, antes do mais, com o direito dos cidadãos participarem na vida cultural (...), conforme um conceito mais exigente de direitos e liberdades fundamentais.*»⁴⁸

Contudo, a valorização do Património ainda é pouco discutida em sala de aula e, na maioria das vezes, centrada na disciplina de História. Deste modo, cresce a importância e interesse da Educação Patrimonial como instrumento de cidadania, para o (re)conhecimento, fruição, e apropriação da nossa herança cultural, enquanto memória e sentido de identidade. Facto que implica uma interacção pela convivência e que faz com que o outro se transforme de maneira natural, através de um processo contínuo, de relação estreita com o Meio envolvente. No entanto, são necessárias e determinantes estimulações para que a relação se efective e dê frutos.⁴⁹ Daí a importância da Escola e dos educadores como agentes activos no desenvolvimento de competências de diferentes domínios.

Educar para o Património ganha assim, um papel decisivo na construção de conhecimentos, atitudes e valores específicos. Assim, a Lei de Bases do Sistema Educativo define que os princípios organizativos devem, entre outros, «*Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do Mundo.*»⁵⁰

Neste contexto, a Educação Patrimonial adquire um papel de extrema importância no futuro das sociedades. Definida como «*um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Património Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento*

⁴⁷ Citado em MARTINS, Guilherme d' Oliveira, *Património, Herança e Memórias. A cultura como criação*, Lisboa: Gradiva Publicações, 2009, p. 23.

⁴⁸ MARTINS, Guilherme d' Oliveira, Op. cit., p. 9.

⁴⁹ Cfr. MATURANA, Humberto R., *Emoções e linguagem na educação e na política*, Belo Horizonte: Edições UFMG, 1998, p. 29.

⁵⁰ Lei n.º 46/86, Artigo 3º a)

individual e colectivo»⁵¹, torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando a sua auto-estima através da revalorização e reconquista da sua própria cultura e identidade, transformando-se em principal agente de preservação. Por outro lado, apresenta-se como um bem necessário, um estímulo «(...) da capacidade individual de análise e intervenção em função dos valores fundamentais da comunidade em que se está inserido e da organização estatal que lhe subjaz (...)»⁵² Daí ser fundamental o conhecimento efectivo e crítico das comunidades sobre o seu Património, só assim será possível preservar de forma sustentável esses bens, como «... fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania».⁵³

Educar cidadãos responsáveis implica informá-los, abrir as janelas da realidade, proporcionando o contacto com essa mesma realidade. De facto, tem de estar informado e tem de conhecer para compreender. Neste sentido, uma boa e efectiva Educação Patrimonial implica a experiência do objecto cultural, uma vez que «(...)o contacto directo com as evidências da cultura (...) são de capital importância pois capacita o educando, seja criança ou adulto, a conhecer, a apropriar-se, a identificar-se e, logo, a valorizar a sua herança cultural (...)»⁵⁴

Hoje, «A cupidez e ganância dos “crescidos” (...), não só desvaloriza e delida o património, como contribui, pelo mau exemplo, para que os “miúdos” de hoje, ao chegarem a adultos, não sejam, eles próprios, depositários responsáveis desse património.»⁵⁵. Assim, a valorização do Património Cultural dependerá necessariamente do seu conhecimento, e a sua preservação, do sentimento de pertença e respeito pela nossa própria identidade. Eis o maior desafio da Educação para a Cidadania e particularmente, da Educação Patrimonial.

3.3. O Meio/Património como recurso e potenciador de competências

A Escola é, por excelência, o espaço privilegiado para o desenvolvimento do currículo nacional, entendido como um «(...)conjunto de aprendizagens e competências, integrando os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e os valores, a desenvolver pelos alunos (...)»⁵⁶. É por isso, um processo dinâmico que apela à gestão flexível do currículo, adequando-o à realidade de

⁵¹HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz, *Guia Básico de Educação Patrimonial*, Brasília: Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999, p.6.

⁵²PRAIA, Maria, *Educação para a Cidadania*, Porto: Edições Asa, 2001, p.9

⁵³Idem, ibidem, p.6.

⁵⁴MOREIRA, João Lino Pereira, *Educação para o Património Cultural. O Exemplo de Machico*, Machico: Câmara Municipal de Machico, 2006, pp. 31-32.

⁵⁵CÓIAS, Vítor, “Os miúdos e o futuro – o poder do exemplo” in *PEDRA E CAL*, nº 44, Lisboa: GECORPA, Out-Dez 2009, p.2.

⁵⁶Decreto-lei 6/2001, *Diário da República* nº 15 – Série I -A, de 8 de Janeiro de 2001.

cada Escola. Daí resulta, no contexto da autonomia das Escolas, a definição do Projecto Educativo (P.E.), a partir do qual será elaborado o Projecto Curricular de Escola (P.C.E.) e do Projecto Curricular de Turma (P.C.T.).⁵⁷

Hoje, um novo paradigma invadiu o discurso pedagógico alicerçado na função primeira da Escola, enquanto espaço privilegiado para a aquisição de competências. Aliás, este é um tema pouco consensual, suscitando, há muito, acesas discussões sobre a noção de *competências*, o lugar dos *saberes* nas aprendizagens e o modo como avaliar as referidas competências.

Não tendo este trabalho o propósito de fazer uma análise sobre estas problemáticas, partiremos do princípio de que *competências e saberes* não são necessariamente conceitos antagónicos, baseando-me para o efeito na seguinte afirmação: «...a noção de *competência*, enquanto *capacidade de execução de uma tarefa*, permite introduzir uma renovada visão do *saber*. Pode-se, então, defender que o verdadeiro *saber* não é a simples memorização de um conjunto de enunciados, mas a capacidade de o aluno lhes atribuir sentido. (...) Logo, definir como finalidade escolar a aquisição de *competências* é sinónimo de confrontar os alunos com *saberes em contexto real, exequível*.»⁵⁸

A competência enquanto aptidão para realizar uma tarefa, implica uma acção – prática ou intelectual. Tal dinâmica conduz, em contexto escolar, à participação activa dos alunos como construtores do seu próprio saber. Daí a importância de colocar os alunos em contacto com situações reais, fora do espaço escolar, não só como estratégia pedagógica, mas também como elemento motivador para a aprendizagem.⁵⁹

O processo de ensino-aprendizagem deverá ser encarado cada vez mais, como um processo dinâmico e descentralizado, que ultrapasse as fronteiras da sala de aula e até mesmo da Escola; deve ser igualmente um processo motivador e motivante para quem ensina e para quem aprende. Porém, não podemos cair na tentação de desvalorizar o papel da sala de aula, como palco central do discurso expositivo. Ele é fundamental e estruturante, mas não o único, uma vez que sente a necessidade de ser complementado pela «(...) *ilustração imagética, seja ela metafórica ou explicativa, exemplificativa (laboratório escolar) ou*

⁵⁷ O PCE e o PCT encontram-se legalmente enquadrados no Decreto-Lei n.º 6/2001, cuja alínea 4 do Artigo 2º refere que: «As estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo nacional e do projecto curricular de escola, visando adequá-los ao contexto de cada turma, são objecto de um projecto curricular de turma, em articulação com o conceito de docentes, ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.»

⁵⁸ REY, Bernard [et.al.], *Competências na Escola - Aprendizagem e Avaliação*, Lisboa: Edições Gailivro, 2005, p. 29.

⁵⁹ Cfr. Idem, ibidem, p.30

*objectual através de objectos-tipo, que se reúnem com fins didácticos, num espaço determinado pela necessidade de dar a ver o mundo (...)*⁶⁰.

A diversidade metodológica, enquadrada e adequada ao espaço de cada Escola e em particular, de cada turma, implica uma relação estreita com o espaço onde essa mesma Escola se integra. O processo de ensino-aprendizagem será tão ou mais eficaz quanto a participação de agentes externos à Escola, que enriquecem o processo, proporcionam rupturas e quebram rotinas, de que tanto se queixam educadores e educandos.

A Escola não pode estar fechada em si mesma, antes pelo contrário, deve procurar criar uma rede de parceiros que permitam estabelecer relações constantes e regulares com o meio tendo como princípio fundamental a formação integral dos seus alunos, sustentada num conjunto de valores e de princípios, tais como: *«A construção e a tomada de consciência da identidade pessoal e social; A participação na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica; O respeito e a valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções; A valorização de diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão; O desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo; O desenvolvimento da curiosidade intelectual, do gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo; A construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural; A valorização das dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros.»*⁶¹

Dada a abrangência dos valores e competências a desenvolver ao longo de todo o Ensino Básico não será ousado dizer que qualquer tema poderá ser passível de exploração, e discussão pela comunidade educativa, pois pode constituir *«(...)ponte com o passado e com o património que o identifica.»*⁶² Porém, e de acordo com A. Caldeira e A. Tavares *«Confrontar os alunos com realidades que lhes são completamente estranhas é uma experiência inútil, pois o que vêem não tem para eles nenhum significado, por total falta de referência.»*⁶³

Proporcionar aos alunos, ao longo do Ensino Básico, o conhecimento, a observação e a análise do meio e respectivo Património permitirá o desenvolvimento de competências, valores, atitudes, conteúdos científicos e artísticos, porque *«Vividos, reais, imediatos, os objectos-*

⁶⁰ MENEZES, Maria de Fátima de Faria Pinto de, *Museus e Ensino: uma análise histórica sobre museus pedagógicos e escolares em Portugal (1836-1933)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003, p.133.

⁶¹ *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*, 2ª edição, Lisboa: Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2007, p.17.

⁶² DUARTE, Ana Maria Lopes, *Educação Patrimonial. Guia para professores e monitores de museus e tempos livres*, 2ª edição, Lisboa: Texto Editora, 1994, p. 14.

⁶³ Citado por BRITO, Paulo Filipe Freitas Freire, *Museus e Programas Escolares – um instrumento para a prática docente na disciplina de História*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 24.

testemunho são capazes de causar um impacto poderoso nos alunos, ajudando-os a situarem-se nos diferentes tempos e espaços históricos (...), a perceberem continuidades e mudanças, constituindo um foco estimulante e profícuo para o pensamento, a investigação, a imaginação e a criatividade. Por serem originais e únicos eles têm a capacidade de provocar nos jovens um sentido de excitação e de emoção difícil de igualar com o recurso a qualquer outra estratégia de aprendizagem.»⁶⁴

Em contrapartida, valorizar o “*objecto-testemunho*” como recurso didáctico-pedagógico é, antes de mais, aproximar física e sensorialmente os alunos da sua própria memória e identidade cultural. Ao criar uma relação afectiva com os espaços, o aluno apropria-se deles, respeitando-os e defendendo-os, elevando-os, pela sua singularidade, à condição de obra de arte.

A Escola que proporciona o conhecimento das memórias colectivas, através do estudo do Meio que o rodeia e respectivo Património, estará a privilegiar a formação de uma consciência cívica, autónoma, responsável, solidária e interveniente dos seus alunos e a cumprir o que são os objectivos educativos propostos pela Lei de Bases do Sistema Educativo.⁶⁵

3.4. O exemplo da Baixa-Chiado como referência territorial e cultural

A propósito da importância das cidades e o impacto que as mudanças têm no futuro das mesmas, Kevin Lynch refere que «*A paisagem urbana é, (...) algo para ser apreciado, lembrado e contemplado.*»⁶⁶ Por outro lado, também refere que a imagem que os cidadãos têm das cidades advém em grande medida, da qualidade visual que as mesmas oferecem. Tal qualidade visual baseia-se em três princípios fundamentais – o da identidade, da estrutura e do significado.⁶⁷

É certo que as cidades têm características muito diferentes entre si e por isso, proporcionam sentimentos e sensações distintos entre os seus habitantes e a população que a visita.

A cidade de Lisboa é, sem margem para dúvidas, uma cidade que goza de um conjunto de características que, por si só, constituíram e ainda constituem pólo de atracção e fixação das populações. Pela sua localização geográfica privilegiada, a cidade de Lisboa

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p.17.

⁶⁵ Cfr. MOREIRA, João Lino Pereira, *Op. cit.*, p.42.

⁶⁶ LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Lisboa: Edições 70, Coleção Arquitectura e Urbanismo, 2008, p.7.

⁶⁷ Cfr. LYNCH, Kevin, *Op. cit.*, pp.10-20.

cedo esteve vocacionada para a vida marítima e comercial, uma vez que constituiu um eixo fundamental das rotas do Mediterrâneo para a fachada atlântica da Europa e daí para as mais importantes cidades do Mediterrâneo. Esta situação estratégica natural contribuirá para que deixe de ser um *finisterra* e se transforme numa importante plataforma comercial de passagem obrigatória, dado o seu porto de mar natural e o centro político e comercial.

Os Romanos e Muçulmanos, pelas suas características de povos navegadores, comerciantes e urbanos do Mediterrâneo, valorizaram e potenciaram a localização geográfica de Lisboa conferindo-lhe alguma centralidade, que esta desconhecera até então.

Durante o domínio romano, a Olisipo vê crescer, entre a primeira metade do século I e meados do século V, a indústria de conserva de peixe⁶⁸ e como consequência, a reestruturação urbana com a construção da muralha tardo-romana e novas vias junto à margem do rio. A fixação humana e as actividades relacionadas com a salga de peixe (a construção de fornos de ânforas e a construção naval) contribuíram largamente para o crescimento da cidade, facto comprovado pelos diferentes trabalhos arqueológicos⁶⁹.

Lisboa exerceu nos muçulmanos um grande fascínio descrito por muitos geógrafos da época, sendo o Tejo assemelhado ao Nilo, pela fertilidade das terras. Contudo, é só no século X que Lisboa conquista o papel de centro político, administrativo e económico da região que se estendia entre a península de Setúbal e Almada, Palmela e Alcácer, Sintra e outras pequenas vilas⁷⁰.

Após a conquista da cidade de Lisboa aos mouros (1147) assiste-se a uma expansão territorial decorrente do aumento do número de habitantes, facto que contribuirá para uma afirmação estratégica particularmente da zona ribeirinha, isto é, da baixa da cidade. Palco da expansão marítima portuguesa, a Baixa acolhe um importante estaleiro naval (reinado de D. Dinis), como também inúmeros conventos⁷¹ a partir dos quais se formaram importantes pólos de crescimento da cidade.

⁶⁸ Cfr. AMARO, Clementino, “A indústria da salga de peixe na Baixa de Lisboa” in *O Livro de Lisboa*, Coordenação de Irisalva Moita, Lisboa: Livros horizonte, 1994, pp. 69-74.

⁶⁹ A pesquisa arqueológica efectuada em diferentes zonas da Baixa de Lisboa permitiu dar a conhecer importantes e relevantes infra-estruturas urbanas do período romano, tais como o Teatro (entre a rua de S. Mamede, ao Caldas e a Rua da Saudade), as Termas (na Rua da Prata), um cemitério (Praça da Figueira), entre outros trabalhos arqueológicos, como na Casa dos Bicos e no Claustro da Sé de Lisboa.

⁷⁰ Cfr. COELHO, António Borges, “O Domínio germânico e Muçulmano” in *O Livro de Lisboa*, Coordenação de Irisalva Moita, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 79-88.

⁷¹ A Baixa dos séculos XIII-XIV era limitada pelos conventos do Espírito Santo da Pedreira (século XII), de São Vicente (1147), de São Francisco (1217), de São Domingos (1241) e do Carmo (1389) em torno dos quais se organizava a cidade.

A Lisboa de Quinhentos «...foi, por um tempo, teatro em espectáculo permanente (...)»⁷², ponto de partida e chegada para outros mundos, capital de um vasto e rico Império, grande pólo de atracção económico, social, político e cultural. A «*Senhora e rainha dos oceanos*»⁷³ do tempo de D. Manuel I, assiste a grandes obras como o Paço da Ribeira, o Hospital de Todos os Santos, o Mosteiro de Santa Maria de Belém, a Torre de Belém e a Misericórdia⁷⁴, mas também é alvo de obras do foro urbanístico, particularmente entre o Terreiro do Paço e o Rossio, onde o monarca revela preocupações de ordem funcional, mas também de ordem estética⁷⁵. Contudo, não foram suficientes como, naquele que é considerado o primeiro estudo sobre urbanismo, na Península Ibérica, Francisco de Holanda escreve surpreendido do «(...)quão descomposta está Lisboa de fortaleza e quão desordenada do que lhe muito importa, sendo ela a cabeça deste reino, e a coroa dela Vossa Alteza (...)»⁷⁶

A cidade de Lisboa, projectada a partir da Baixa, é marca da centralidade económica e política, porque aí se desenrola e desenrolará muita da vida política, religiosa, social e cultural cujo esplendor máximo é alcançado no reinado de D. João V, cujo rei «...naturalmente inclinado a obras...»⁷⁷ reveste a capital de variados e sumptuosos edifícios, civis e religiosos, ao gosto barroco.

«*A jóia e o orgulho da Europa.*»⁷⁸, assim descrita por estrangeiros da época, é profundamente abalada a 1 de Novembro de 1755. Porém, este acontecimento não deverá ser visto, única e exclusivamente, numa perspectiva catastrófica. Ele permitiu uma profunda renovação da cidade em termos urbanísticos, facto que se repetirá, embora em muito menor escala, 233 anos depois, com o incêndio no Chiado.

A cidade nova, erguida do pós-terramoto, surpreende pela extensão da área reconstruída, mas também pela modernidade do Plano Pombalino⁷⁹, que foi capaz de

⁷² MOITA, Irisalda, “A Imagem e a Vida da Cidade” in *Lisboa Quinhentista*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1983, p. 13.

⁷³ GÓIS, Damião de, *Descrição da Cidade de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1998, p. 29.

⁷⁴ Mandada construir por D. Manuel I a nova sede da Misericórdia de Lisboa, na Igreja da Conceição dos Freires (mais tarde designada de Igreja da Conceição Velha), foi concluída em 1534, já no reinado de D. João III.

⁷⁵ Cfr. ARAÚJO, Renata de, *Lisboa, a Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimientos*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p.58.

⁷⁶ HOLANDA, Francisco de, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p.12.

⁷⁷ “Cartas de José da Cunha Brochado escriptas ao conde de Viana” in *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal Literário, Político*, vol. XVI, Londres: 1916, p. 120.

⁷⁸ A. La. L., “Ode sur les Temblements de Terre Arrivés à Lisbonne” in *Mercure de France*, Paris: II vol., 1756, p.10.

⁷⁹ A Baixa Pombalina é um exemplo eminente de um tipo de construção e tecnologias específicas e inovadoras, como o sistema de gaiola, onde o princípio de ordem urbana impera, a partir do quarteirão. A par das soluções inovadoras do ponto de vista urbanístico, técnicas construtivas e de arquitectura salientam-se também as excepcionais qualidades de flexibilidade e adaptabilidade, assim como a funcionalidade do plano.

«...salvaguardar memórias e símbolos da cidade desaparecida (...)»⁸⁰ não esquecendo «...a afirmação fortíssima da capitalidade de um império que tinha no mar a sua razão de ser, e uma ideia utópica de sociedade, racional e estruturada, onde as diferenças se esbatem no propósito comum de gerar o progresso.»⁸¹

Com a queda de Pombal muitas obras públicas e privadas paralisaram. Contudo, a subida ao trono de D. Maria I reabilitou muita da nobreza anteriormente perseguida. Os “renascidos” homens de negócios, numa tentativa de (re)afirmação simbólica do seu poder na corte, foram relevantes na edificação das duas maiores obras das duas últimas décadas de setecentos – a Basílica da Estrela e a ópera de São Carlos. Esta última, surge como o «... primeiro acto estético do novo século»⁸², adensa e enriquece os novos hábitos citadinos e onde o Chiado ocupa um lugar de destaque, como que elevado à condição de «...centro civilizacional e vivencial burguês da capital...»⁸³.

Apesar do Chiado ser considerado um símbolo, «...um corpo doutrinário e princípios alfacinbas (...), síntese romântica do século XIX (...)»⁸⁴, Lisboa assistia a muitas obras paralisadas devido, em grande medida, à precária fiscalização da Inspeção Geral do Plano para a Reedificação da cidade. O panorama político da primeira metade de oitocentos⁸⁵ e a afirmação do regime liberal trouxeram grandes transformações que alteraram a imagem da cidade. A extinção das ordens religiosas alterou a fisionomia dos lugares que dos seus conventos dependiam, os quais adquiriram novas funcionalidades civis e militares. Por outro lado, a requalificação da Praça da Figueira, nos anos 30, a conclusão das obras do Torreão poente da Praça do Comércio e da Praça do Rossio, bem como a construção do teatro D. Maria II, nos anos 40, e respectiva carpete de basalto e calcário de efeitos ondulados, o êxito dos jardins, primeiro o Passeio Público e mais tarde o de São Pedro de Alcântara e do Príncipe Real, trouxeram à cidade de Lisboa novos hábitos modernos.

A partir dos anos 50 do Fontismo a cidade de Lisboa já iluminada a gás assiste à renovação de muitos palácios, à construção de monumentos comemorativos, ao aparecimento dos primeiros transportes e com eles a construção de um novo templo que coroava a obra do caminho de ferro – a estação de Santa Apolónia.

⁸⁰ *Dossier de Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Vereação do Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana, s.d., p.9.

⁸¹ Idem, ibidem, p. 9.

⁸² FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 5ª edição, Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p.48.

⁸³ LEAL, Joana Cunha, *Arquitectura Privada, Política e Factos Urbanos em Lisboa. Da Cidade Pombalina à Cidade Liberal*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Volume I, 2005, p. 355.

⁸⁴ SEQUEIRA, Gustavo de Matos, citado por FRANÇA, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte, Volume 2, 1974, p. 354.

⁸⁵As invasões francesas, a deslocação da família real para o Brasil, a permanência e domínio inglês, a tensão - política dos anos 20, a guerra civil na década seguinte, ...

Ao longo do século XIX, esta cidade histórica e modernizada foi lugar maior da cultura portuguesa e o Chiado, considerado como o “*Segundo Pombalino*”⁸⁶, o respectivo pólo de atracção cosmopolita. Segundo José-Augusto França «*Era a vitória de Lisboa pombalina...*»⁸⁷ e o fim de um ciclo, inaugurado por Pombal e encerrado por Fontes Pereira de Melo.

Os primeiros anos do século XX, Lisboa assiste a um novo pulsar urbanístico e com ele um evidente crescimento. As novas infra-estruturas, a abertura da Avenida da Ribeira das Naus, das Avenidas Novas, dos novos bairros de prédios de renda, a requalificação, o incêndio do Chiado e a respectiva reconstrução fizeram dela uma «...*cidade de cariz tradicionalista, com dificuldade de adaptação ao tempo moderno. Manteve um carácter, uma cultura, um sentido; mas só muito recentemente tomou consciência da necessidade e urgência da sua modernização, como único caminho para a sobrevivência, em plenitude, dos seus valores.*»⁸⁸

O final do século XIX e a primeira metade o século XX, constitui um período decisivo da história da cidade de Lisboa e particularmente da Baixa marcada por «...*fortes dinâmicas, assumindo plenamente o seu lugar de centro identitário, económico e cultural...*»⁸⁹. O incêndio de 1988 contribui decisivamente para a discussão generalizada sobre o declínio da Baixa-Chiado. Encarado por alguns como a «...*parábola real de um declínio histórico*»⁹⁰, ou uma «...*oportunidade perdida*»⁹¹ para articular o plano de construção do Chiado com o da Baixa, o incêndio de 1988 apresenta-se como uma ruptura, que adensou as disparidades territoriais entre a parte alta e a parte baixa da cidade, mas também as discussões sobre a problemática da requalificação dos centros históricos.

A Baixa é, ainda hoje, o centro simbólico de Lisboa e síntese da dimensão da cultura portuguesa «...*afirmando a sua permanente modernidade*»⁹². O cosmopolitismo da Baixa-Chiado foi conquistado pela sua expressão histórica, e o terramoto de 1755 constituiu um

⁸⁶ Cfr. SILVA, Raquel Henriques da, “Lisboa reconstruída e ampliada (1758-1903)” in *1758 Lisboa: O Plano da Baixa Hoje*, Coordenação de Ana Tostões e Walter Rossa, Catálogo da Exposição, Lisboa: Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 2008, pp. 127-164.

⁸⁷ FRANÇA, José-Augusto, “De Pombal ao Fontismo” in *O Livro de Lisboa*, Coordenação de Irisalva Moita, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p.379.

⁸⁸ FERNANDES, José Manuel, “Lisboa do Século XX” in *O Livro de Lisboa*, Coordenação de Irisalva Moita, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p.494.

⁸⁹ SEIXAS, João, “A Baixa Pombalina: Análise sócio-económica de um centro mercantil europeu no início do século XXI” in *Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*, Coordenação de João Mascarenhas Mateus, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Coleção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI, 2005, p. 69.

⁹⁰ Idem, ibidem, p. 69.

⁹¹ SALGUEIRO, Teresa Barata, “Da Baixa aos centros comerciais. A recomposição do centro de Lisboa”, in *Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, nº21, Lisboa: Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro 2004, p. 223.

⁹² FERNANDES, José Manuel, “Lisboa do Século XX” in *O Livro de Lisboa*, Coordenação de Irisalva Moita, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 10.

factor de ruptura, mas também de continuidade, uma vez que o Plano de 1758 soube inscrever na cidade nova, memórias da «...cidade simbólica para a imagem do País e do Universo de então...»⁹³. Na realidade, «não poderia ter sucedido a Lisboa desgraça mais feliz»⁹⁴. O terramoto constituiu um momento de afirmação política de Sebastião José de Carvalho e Melo, mas também uma oportunidade de renovação da cidade, não só pelas «qualidades estéticas (...), mas o processo desenvolvido para atingir tal fim e (...) o facto de dos seus escombros ter brotado uma nova sociedade de matriz essencialmente burguesa, propensamente liberal, no fundo “uma nova era cidadã.”»⁹⁵

Hoje, a área correspondente ao plano de reconstrução datado de 1758, preserva o carácter simbólico e constitui uma referência histórica e cultural, não só para os seus habitantes, mas também para a população flutuante. De tal modo que, a área que compreende a Baixa e o Chiado contribui largamente para que a cidade de Lisboa, no seu todo, adquira uma imagem de prestígio face a grandes cidades mundiais. A Lisboa de hoje, tal como ela é «...uma cidade real, que não se deixa moldar para o turismo(...)»⁹⁶, marca que permitiu a conquista do prémio de “Melhor Destino Europeu”, atribuído no mês de Março de 2010. Paralelamente, é considerada a décima oitava melhor cidade do mundo para investir⁹⁷, bem como a quadragésima quinta cidade do mundo com melhor qualidade de vida⁹⁸, à frente de cidades como Nova Iorque e Roma.

O grande centro histórico da cidade de Lisboa, isto é, a Baixa-Chiado, é por si só, um grande cenário emblemático, uma imagem de marca e como todas as marcas «...também representam clareza, confiança, consistência, estatuto e pertença, garantias de qualidade.»⁹⁹ O grande e emblemático Terreiro do Paço é símbolo, estratégia cénica, moldura e síntese da História de Portugal. A Lisboa que renasceu do terramoto, entre a Baixa e o Chiado, e chegou até aos nossos dias, respeitou «... a dimensão política e simbólica de um Império que foi colonial, mas que hoje é uma realidade plural.»¹⁰⁰

⁹³ TOSTÕES, Ana; ROSSA, Walter (Coord.), *1758 Lisboa: O Plano da Baixa Hoje*, Catálogo da Exposição, Lisboa: Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 2008, p. 16.

⁹⁴ Citado em SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Catálogo da Exposição Comemorativa do Terramoto de 1755*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1934, p.8.

⁹⁵ ROSSA, Walter, “No 1º Plano” in *1758 Lisboa: O Plano da Baixa Hoje*, Catálogo da Exposição, Lisboa: Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 2008, p. 34.

⁹⁶ Afirmção proferida por Maximilian Lejeune, director da European Consumers Choice. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Português/Clipping/Documents/.../29433152.pdf> [Consulta em 25 de Março de 2010].

⁹⁷ Disponível em: http://www.pwc.com/en_LU/lu/real-estate/docs/pwc-publ-et-re-2010-europe.pdf [Consulta em 10 de Março de 2010].

⁹⁸ Disponível em: http://www.publico.pt/Local/qualidade-de-vida-em-lisboa-e-a-45%C2%AA-melhor-do-mundo-acima-de-roma-e-nova-iorque_1439040 [Consulta em 26 de Maio de 2010].

⁹⁹ SANTOS, Rogério, *Indústrias Culturais – Imagens, Valores e Consumos*, Lisboa: Edições 70, 2007, pp. 304-305.

¹⁰⁰ *Dossier de Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial*, p. 148.

4. BAIXA-CHIADO E A ESCOLA – A RELAÇÃO COM O PÚBLICO ESCOLAR

«...a Baixa é o principal monumento português. (...) é um monumento-corção da cidade, no sentido de núcleo central mais relevante, que está muito doente, e uma capital como Lisboa não pode ser um corção moribundo.»

António Lamas¹⁰¹

4.1. O território e respectivo Património - um recurso didáctico-pedagógico para o desenvolvimento de competências do Ensino Básico

A Baixa-Chiado é por si só um monumento, um *ex-libris* de Lisboa «...que tem funcionado como uma montra, simultaneamente do seu passado e do seu presente...»¹⁰², um território com múltiplas configurações, papéis e usos¹⁰³ que permitem «... centralizar uma vida colectiva»¹⁰⁴.

É inequívoco o valor afectivo e simbólico do território da Baixa-Chiado que, aliado a outras características únicas, foram determinantes para a elaboração da candidatura à classificação de Património da Humanidade, coordenada pelo Professor Doutor Engenheiro João de Mascarenhas Mateus¹⁰⁵. Mas, ao falarmos em Baixa-Chiado de que território nos referimos? Qual o seu efectivo valor patrimonial? E finalmente, quais as potencialidades do território enquanto recurso didáctico e pedagógico para o contexto escolar? Eis alguns pontos de análise que são de fulcral reflexão e a partir da qual foram criados os *Itinerários Culturais*, apresentados no ponto 4.2. deste trabalho de projecto.

No que diz respeito à delimitação do território comumente designado de Baixa-Chiado poderíamos pensar, à partida, que é um assunto livre de dúvidas e por isso, inócuo. Basta pensar que, até há relativamente pouco tempo, o Chiado não era entendido como parte integrante do território maior, designado por *Lisboa Pombalina*, pelo facto da respectiva reconstrução, contemplada no Plano de 1758, se ter desviado no tempo e nas normas impostas, sob a fiscalização da Casa do Risco. No entanto, hoje, é claro que o

¹⁰¹ LAMAS, António, in *Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, nº 21, Lisboa: Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro 2004, p. 227.

¹⁰² GUERRA, Isabel (Coord.), *A Baixa Pombalina: Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*, Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 1.

¹⁰³ A Baixa-Chiado é um território de coexistência funcional – habitação, trabalho, comércio, cultura,...

¹⁰⁴ GUERRA, Isabel (Coord.), Op. cit., p.1.

¹⁰⁵ De entre os inúmeros trabalhos protagonizados pelo Engenheiro Doutor João Mascarenhas Mateus, saliento a inédita investigação sobre a utilização de técnicas tradicionais de construção de edifícios de alvenaria na actividade da conservação arquitectónica, assim como a coordenação técnica da candidatura da Baixa Pombalina à Lista do Património Mundial (2003-2006).

Chiado é parte integrante do território designado por Lisboa Pombalina, correspondendo à segunda fase do Plano de reconstrução, já com o afastamento do Marquês de Pombal, e caracterizado por inúmeras particularidades¹⁰⁶ que ultrapassaram «...o modelo previsto para as fachadas de cada rua, através do seu enriquecimento decorativo (...) determinado pelo gosto do proprietário.»¹⁰⁷

Não sendo o propósito deste trabalho um estudo comparativo e exaustivo sobre as limitações do território em causa, a opção foi centrar e limitar o território tendo em linha de conta os seguintes documentos: o Plano de reconstrução de 1758 (Anexo 1), o mapa da divisão geográfico-administrativa da Câmara Municipal de Lisboa (Anexo 2) e a proposta da área a classificar de Património da Humanidade (Anexo 3).

Assim, no presente trabalho de projecto, entende-se que o território designado por Baixa-Chiado é abrangido pelas freguesias de São Paulo, Mártires, Sacramento, Santa Justa, São Nicolau, Madalena, São Cristóvão e São Lourenço, delimitado a Poente, pela Praça da Ribeira Nova (Poente) até à Rua Ribeira Nova, Rua da Ribeira Nova até à Travessa do Carvalho, cruza a Rua de São Paulo pelos n.ºs 180/186, Rua das Chagas, Rua do Loreto, Rua da Misericórdia, Largo Trindade Coelho; a Norte, pelo Largo Trindade Coelho, Rua Nova da Trindade até à Rua da Trindade, Largo do Carmo, Calçada do Carmo, Largo do Duque de Cadaval (Nascente), Praça D. João da Câmara, Praça dos Restauradores (nascente), Rua dos Condes, Rua das Portas de Santo Antão, Largo de São Domingos, Rua Barros Queirós, Rua Dom Duarte, Rua João das Regras até à Rua do Arco do Marquês de Alegrete; a Nascente, pela Rua do Arco do Marquês do Alegrete, n.ºs 1 a 15, Poço do Borratém, Rua da Madalena, Largo Adelino Amaro da Costa, Rua de São Mamede ao Caldas até à Rua do Correio Velho, Rua do Correio Velho, Rua das Pedras Negras, Largo da Sé, Rua de Santo António da Sé, Rua da Padaria, Rua dos Bacalhoeiros até à Rua dos Arameiros, Rua dos Arameiros até à Avenida Infante D. Henrique; a Sul, pela Avenida Infante D. Henrique, Praça do Comércio, perímetro exterior junto ao rio englobando o Cais das Colunas, Avenida Ribeira das Naus, Praça Duque de Terceira, Avenida 24 de Julho até à Praça da Ribeira Nova (Poente).¹⁰⁸

¹⁰⁶ Cfr. SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997 e LEAL, Cunha Joana, Op. cit.

¹⁰⁷ SILVA, Raquel Henriques da, “Lisboa reconstruída e ampliada (1758-1903)” in Op.cit., p. 133.

¹⁰⁸ Cfr. *Dossier de Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Vereação do Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana, p.7.

«*Obra-prima do génio da criatividade humana*»¹⁰⁹ o território composto pela Baixa e o Chiado é rico em património construído cujo interesse é rapidamente comprovado através dos inventários elaborados quer pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, quer pela Câmara Municipal de Lisboa, fazendo parte deles os imóveis classificados, ou em vias de classificação, como *Monumentos Nacionais* (Anexos 4 e 5), os Imóveis de Interesse Público (Anexo 6) e os *Imóveis integrados no Inventário Municipal*¹¹⁰ (Anexo 7).

A riqueza patrimonial deste território advém também, do facto de nele coexistirem/coabitarem inúmeras funções – religiosas, culturais, comerciais, habitacionais –, mas também por ser um ponto de interessantes e fortes dinâmicas sociais.

A cidade que nasceu do Plano «*progressista e utópico*»¹¹¹ de 1758 soube adaptar-se a contingências variadas que o tempo trouxe consigo, «...*afirmando a sua permanente modernidade ...*»¹¹² facto que faz dela, ainda hoje, o centro simbólico de Lisboa, apesar das profundas alterações que tem sofrido, particularmente a partir do incêndio do Chiado, em 1988. Desde então e progressivamente, a Baixa de Lisboa tem vindo a perder funções e atractividade «...*deixando de ser o centro da região urbana para ser apenas um centro.*»¹¹³. De acordo com o Censo de 2001, esta é uma zona da cidade cuja evolução populacional, para além de negativa, tem vindo a envelhecer¹¹⁴.

Contudo, e apesar da grande densidade do parque edificado, são evidentes as diferenças entre a Baixa e o Chiado, no que diz respeito à ocupação populacional, ao perfil dos residentes, bem como aos problemas relacionados com o estado de conservação dos edifícios¹¹⁵. Se a Baixa tem vindo a confrontar-se com a saída de muitos serviços, também é verdade a permanência de sedes das instituições bancárias mais antigas.

Relativamente à actividade comercial, particularmente de nível mais alto (de luxo) assiste-se a uma evolução extremamente positiva, sobretudo nos prolongamentos da Baixa

¹⁰⁹ FRANÇA, José-Augusto, “Lisboa Pombalina” in *A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial. Comunicações das Jornadas 9-10 Outubro de 2003*, Lisboa: Edição Câmara Municipal de Lisboa, 2004, p. 13.

¹¹⁰ De acordo com o Plano Director Municipal de 1994.

¹¹¹ LAMAS, António in Op. cit., p.167.

¹¹² Idem, ibidem, p. 167.

¹¹³ SALGUEIRO, Teresa Barata, “Desenvolvimento Urbano de Lisboa” in *Revista de Estudos Regionais*, n.º 5, Lisboa: Edições do Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, 2º Semestre, 2003, p. 18.

¹¹⁴ Idem, ibidem, p. 60.

¹¹⁵ Cfr. Idem, ibidem, pp. 93-103.

(Avenida da Liberdade) e também, no Chiado¹¹⁶, cujo comércio de carácter sofisticado actuam como atractivo por parte dos retalhistas¹¹⁷.

A concretização dos Planos de Revitalização da Baixa-Chiado, através da requalificação do Património e a animação cultural permitiram que esta área em particular tenha adquirido novas especializações.

O Património construído da Baixa-Chiado é espaço funcional, é elemento de atracção e repulsa, é cenário e enquadramento de diversas movimentações populacionais, mesmo as marginais.

Herança do seu passado histórico, a Baixa-Chiado actual assiste a sincronias e anacronias. A sua dinâmica particular é fruto, em grande medida, das políticas e intervenções de preservação patrimonial, por isso, é um espaço vivo – mais moribundo e decadente a poente, e mais enérgico e renovado a norte - com energias singulares, que devem ser dadas a ver, a analisar e a reflectir pelo público escolar.

Não se pretende neste trabalho apresentar ou propor um projecto de intervenção que conduza a uma qualquer requalificação ou reabilitação do espaço em questão. Seria ambíguo e utópico fazê-lo e deste modo, um esforço inteiramente inútil.

O valor do território da Baixa-Chiado vale tal como ele é, com todas as suas dinâmicas sociais, económicas, culturais, incluindo nestas as patrimoniais.

Aprender a olhar, a analisar e a mobilizar saberes neste espaço construído e vivido, deve ser o mote de toda e qualquer intervenção no domínio da aplicação dos currículos escolares. Porém, não devemos esquecer que «...o espaço urbano não pode deixar de ser um complexo de ambientes, existentes mas vivos (...), não pode ser perspectivado e transformado num museu ao ar livre, nem (...) num romântico museu de uma chamada ecologia humana.»¹¹⁸

Porque «...a cidade não tem exterior»¹¹⁹ é por excelência o espaço público, particularmente a rua, a praça, o largo, o jardim, a esquina, a travessa um «... lugar onde se

¹¹⁶ SALGUEIRO, Teresa Barata, Op. cit., p. 18.

¹¹⁷ Cfr. “Retalho de Luxo em Portugal”, disponível em:

http://biacial.files.wordpress.com/2009/11/cvbusinessbriefingretalholuxoportugal_nov09.pdf [Consulta em 18 de Agosto de 2010]

¹¹⁸ OLIVEIRA, J.M. Pereira de, citado por MARQUES, Helder e MARTINS, Luís, “Memória, Herança, Património e Paisagem” in *Cadernos de Geografia*, n.º 17, Coimbra: F.L.U.C., 1998, p. 123.

¹¹⁹ FORTUNA, Carlos, “As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais” in SANTOS, Maria Lourdes dos (Coord.), *Cultura e Economia. Actas do Colóquio realizado em Lisboa. 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, p. 213.

*fabricam interações, onde se produz sociedade.»*¹²⁰ e por isso, um lugar estratégico «...para a observação da vida citadina e urbana, (...) como um recorte empírico que permite encontrar uma multiplicidade de pontos de vista e de objectos, um recorte etnográfico possível para a exploração e o conhecimento da vida urbana contemporânea a partir de baixo e de dentro.»¹²¹ Símbolo de um modo de vida urbano, o espaço público, com todas as suas debilidades e potencialidades, é lugar rico em imaginários bipolares – casa/rua, privado/público; político/sagrado -, estruturando «...simbolicamente a cidade naquilo que ela tem de mais originalmente urbano.»¹²². Deste modo, será interessante «...criar paradigmas do ver.»¹²³, que ajudem o observador-espectador a olhar, ver, e compreender, isto é «...aprender dentro de um sistema simbólico...»¹²⁴, como de uma obra de arte se tratasse. António Pinto Ribeiro vai mais longe ao afirmar : «*Aprender a ler as imagens das cidades é uma exigência que hoje se impõe ao cidadão. Ensinar a lê-las é um imperativo (...). Para tanto é urgente criar pedagogias de leitura das imagens tal como se criou o ensino público da escrita e da leitura.*»¹²⁵

No capítulo anterior houve a oportunidade de sublinhar o papel da Escola na sociedade actual, assim como a importância da relação que deve estabelecer com o Meio envolvente, como uma oportunidade e mais-valia em fomentar nas crianças, adolescentes e jovens, um conhecimento claro e efectivo do meio que os rodeia, mas também um espírito esclarecido, promovendo assim, uma atitude cívica, que dará, certamente, no futuro, bons frutos. Assim é entendido o papel da Escola e da Educação pelas instâncias políticas e até religiosas. Prova disso, é a *Nota Pastoral*, em 2006, da Comissão Episcopal aquando a *Semana Nacional da Educação Cristã*, destacando o papel da educação como «...um processo catalisador de amadurecimento humano. É o meio indispensável ao desabrochar harmonioso das potencialidades que permitem ao ser humano reconhecer-se como pessoa autónoma e livre, com um projecto de vida orientado para um ideal a atingir. Através da educação, o ser humano aperfeiçoa-se, eleva-se (...), que dá a cada um a capacidade de reconhecer e de se adaptar ao meio circundante, de encontrar sentido para a vida e de elaborar projectos que o comprometam na construção do futuro e lhe conferem autenticidade.»¹²⁶

¹²⁰ CORDEIRO, Graça Índias; VIDAL, Frédéric (Coord.), *A Rua – Espaço, Tempo, Sociabilidade*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 9.

¹²¹ Idem, ibidem, p.9.

¹²² Idem, ibidem, p. 10.

¹²³ FRÓIS, Pedro, “E as artes, Senhor?”, in *Notícias Magazine*, n.º 430 (Suplemento do *Jornal de Notícias* n.º 804/112 e *Diário de Notícias* n.º 47997), 20 de Agosto de 2000, p. 7.

¹²⁴ Idem, ibidem, p.7.

¹²⁵ RIBEIRO, António Pinto, *Abrigos: condições das cidades e energia da cultura*, Lisboa: Edições Cotovia, 2004, p. 16.

¹²⁶ Nota Pastoral para a semana Nacional da Educação Cristã (2 a 9 de Outubro de 2005), in *Pastoral Catequética*, n.º 4, Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, Janeiro-Abril 2006, p. 11.

É inequívoco o esforço que a Escola deve fazer em estabelecer relações, eficazes e duradouras com o Meio envolvente, que visem não só a mobilização de saberes, mas também e sobretudo, a aquisição de competências, nomeadamente o respeito pelo Património. Por outro lado, a relação Escola-Meio não pode estar centrada numa determinada disciplina, que, pelas suas estruturas programáticas mais se aproximam deste ideal, pois «*O estudo do meio é, por natureza, uma área para que convergem os contributos de várias disciplinas, pois trata-se de um espaço vital onde se interligam diversas variantes e sociedades humanas.*»¹²⁷

Se a forma como se desenvolve o processo de aprendizagem é «*...determinada pelas estratégias usadas que, deste modo, adquirem uma enorme importância no desenvolvimento de capacidades no aluno.*»¹²⁸, não será ousado afirmar que, utilizar o Meio, nomeadamente ao território da Baixa-Chiado, como recurso/estratégia didáctico-pedagógico é, por um lado, facilitar a aprendizagem dos alunos, que se sentem genericamente mais motivados, pela proximidade e envolvimento afectivo que têm pelo território, e por outro lado, desenvolver competências – gerais e específicas – do Ensino Básico, de extrema importância para a Formação Integral das crianças, adolescentes e jovens.

Um ensino de qualidade só pode ser fruto de um bom e efectivo trabalho docente, mas também de uma relação de interacção com o Meio, particularmente com a Baixa-Chiado, tal como ela é, com todas as suas fragilidades e potencialidades, permitindo desenvolver nos alunos a aquisição de métodos e técnicas de trabalho e de pesquisa, facilitar a estruturação das noções espaço-temporais e contribuir para o desenvolvimento de atitudes de respeito pelo Património histórico-cultural.

Cada vez mais, a relação Escola-Meio deve ser encarada como um importante recurso didáctico que proporciona não só a mobilização de saberes, mas também a aquisição e desenvolvimento de competências fundamentais para uma efectiva educação ao longo da vida. Motivados por temas que despertam interesse, pela relação afectiva que sentem com o espaço, os alunos serão capazes de observar o Meio, desenvolvendo assim, capacidades intelectuais como a análise e o exercício de métodos de investigação. Por outro lado, esta relação desperta a efectiva interdisciplinaridade, pela análise de problemáticas reais que implicam o relacionamento de matérias de diferentes áreas científicas.

Deste modo, a relação entre a Escola e o território Baixa-Chiado deve ser baseada numa educação interdisciplinar alicerçada nos seguintes princípios e valores: «*A construção e*

¹²⁷ PROENÇA, Maria Cândida; MANIQUE, António Pedro, *Didáctica da História – Património e História Local*, Lisboa: Texto Editora, Coleção Educação Hoje, 1994, p.16.

¹²⁸ PROENÇA, Maria Cândida, *Didáctica da História*, Lisboa: Universidade Aberta, 1989, p. 121.

a tomada de consciência da identidade pessoal e social; A participação na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica; O respeito e a valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções; A valorização de diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão; O desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo; O desenvolvimento da curiosidade intelectual, do gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo; A construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural; A valorização das dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros.»¹²⁹

No Decreto-Lei 6/2001, o Ministério da Educação define não só as competências que considera estruturantes para cada um dos ciclos, o perfil de competências à saída do ensino básico, assim como, os tipos de experiências educativas a implementar pelos docentes das diferentes áreas curriculares disciplinares¹³⁰.

Assim, e à luz do Currículo Nacional, os alunos que completam o Ensino Básico devem ter adquirido dez *Competências Gerais*. Ao concluir o 9º ano, cada aluno(a) deve ser capazes de: «1. Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano; 2. Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar; 3. Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio; 4. Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação; 5. Adotar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objectivos visados; 6. Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável; 7. Adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões; 8. Realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa; 9. Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns; 10. Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida.»¹³¹

Para a operacionalização de tais competências são propostas algumas acções, nomeadamente o contacto, por parte dos alunos, com situações e problemas concretos da vida quotidiana.

Assim, poder-se-á questionar a realidade observada a partir da realização de actividades dirigidas à observação, ao questionamento da realidade e à integração de saberes; identificar e articular saberes e conhecimentos para melhor compreender uma

¹²⁹ *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*, 2ª edição, Lisboa: Ministério da Educação: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2007, p.17.

¹³⁰ Idem, ibidem.

¹³¹ Idem, ibidem, p.17.

situação ou problema, através de actividades cooperativas de aprendizagem, nomeadamente a realização de projectos que integram diferentes saberes; debater a pertinência de estratégias adoptadas, confrontar diferentes perspectivas, propor situações de intervenção (individual e colectiva) face a um problema a partir do confronto com situações e problemas da vida quotidiana; estabelecer e respeitar regras para o uso colectivo de espaços através da promoção de actividades dirigidas à apropriação de hábitos de vida saudável e à responsabilização face à sua própria segurança e à dos outros.¹³²

Contudo, é importante sublinhar que o desenvolvimento destas competências e a respectiva operacionalização implicam a acção convergente de todas as áreas curriculares, sem excepção.

A Baixa-Chiado, pelo seu valor patrimonial, fruto de séculos de História, é um excelente exemplo de como a Escola poder-se-á envolver com o território municipal adoptando o Meio envolvente, como recurso pedagógico, como “situação” e/ou “problema”, que vise o desenvolvimento das competências gerais e específicas do Ensino Básico.

Numa reflexão primária e sem a análise do Currículo Nacional do Ensino Básico, são óbvias as potencialidades do território da Baixa-Chiado na aprendizagem das disciplinas de História e Geografia. No entanto, qualquer definição de estratégias pedagógicas centradas nestas duas disciplinas seria de todo redutora e empobrecia o real valor da Baixa-Chiado na relação com o público escolar. Todavia, não se pretende com esta afirmação menosprezar, no caso particular da disciplina de História, as vantagens da relação com o território da Baixa-Chiado, uma vez que é uma disciplina privilegiada para aproveitar as potencialidades didácticas do meio local, pois contribui *«...para a formação do espírito de cidadania pelo confronto que permite com os problemas da comunidade local, levando os alunos a consciencializar-se da sua responsabilidade perante a sociedade e a cultura em que se inserem e compreendendo desse modo o seu papel de agentes dinâmicos dessa mesma sociedade, como ainda possibilita pôr em prática uma série de métodos e técnicas didácticas, com relevo para o ensino pela descoberta.»*¹³³

Sendo óbvio e inegável o papel da História no conhecimento e exploração didáctica da Baixa-Chiado esta deve ser mais abrangente e congregadora, pois pode e deve servir de ponto de partida para outras acções e reflexões que promovam a prática interdisciplinar,

¹³² Cfr. Idem, ibidem, pp. 19-28.

¹³³ Idem, ibidem, p. 196.

como o uso de metodologias da História aplicadas à mobilização de saberes e aquisição de competências das restantes disciplinas.

Em contrapartida, e se a Escola é um «... *lugar propício ao cruzamento de variadas memórias – memória colectiva, individual, nacional, familiar – com temporalidades diferentes.*»¹³⁴, a sua relação com o território da Baixa-Chiado, para além de inter e transdisciplinar, não pode ser entendida como um momento singular e solitário, ao longo do ano, em que o professor de História prepara uma visita de estudo como forma de “perturbar” a rotina escolar.

Qualquer estratégia de aprendizagem que passe pela realização de actividades fora do meio escolar, em relação directa com o território, pode e deve ir além da visita de estudo. A eficácia da relação Escola-Meio começa na Escola como elemento promotor e dinamizador dessa relação. O território apresenta-se como interface, plataforma do real, onde inúmeros saberes se cruzam. Deste modo, a visita de estudo é apenas uma possível, entre muitas, estratégias pedagógicas, como o trabalho de investigação, trabalho de projecto, estudo dirigido, entre outras.

Independentemente das actividades programadas para o território, o sucesso e eficácia das mesmas dependerá de uma boa e exequível planificação, que deve reflectir não só a realidade da Escola, mas também os interesses e motivações dos alunos, em articulação com o Projecto Curricular da Escola e o Projecto Curricular de Turma.

De acordo com este princípio básico, cabe à Escola, mais exactamente aos professores o trabalho preparatório de planificação e construção dos já referidos *Itinerários Culturais*.

Neste processo deve ser construído um cronograma das actividades propostas, a realizar a curto/médio/longo prazo (dentro e fora do espaço da sala de aula e do espaço escolar), o contributo de cada disciplina, assim como, a definição dos pré-requisitos, competências a desenvolver, a operacionalização das mesmas e a avaliação.

Dada a relevância do território da Baixa-Chiado na aprendizagem e desenvolvimento de competências das diferentes disciplinas, qualquer actividade a decorrer aí não pode ser confundida à priori, como um mero entretenimento, ou fuga à rotina escolar. Poderá até ser, desde que se concretizem os objectivos para a qual foi planificada.

¹³⁴ PROENÇA, Maria Cândida; MANIQUE, António Pedro, Op.cit., p.8.

A Baixa-Chiado poderá ser encarada como uma extensão da sala de aula, mais, um laboratório capaz de cativar tanto quanto as novas tecnologias, que hoje proliferam no meio escolar e até tendem a redefinir a tipologia de aprendizagens e o papel do professor.

Ao professor cabe a imensa responsabilidade de “desenhar” e criar um bom e efectivo plano de acção, que seja capaz de desenvolver competências nos alunos e onde todos sintam prazer e gosto em aprender, em descobrir, em construir conhecimento, tendo em vista três aspectos fundamentais de qualquer prática pedagógica participada – saber, valorizar e agir¹³⁵.

Olhemos então, para a “situação”, o “problema” Baixa-Chiado numa proposta interdisciplinar para o 8º ano de escolaridade.

4.2. Uma proposta interdisciplinar para o 8º ano de escolaridade

Ao longo do subcapítulo anterior foram repetidas as referências aos *Itinerários Culturais* para designar o conjunto de propostas de actividades, de âmbito escolar e interdisciplinar e que serão, mais à frente, apresentados e explicitados, quanto à sua operacionalização.

A cidade enquanto espaço de cultura é também «...a imagem alegórica da sociedade. Sem capacidade para ordenar quer o tempo quer o espaço, a sociedade perdeu os seus guões e desafia-nos (...) para que aprendamos de novo, de modo diferente.»¹³⁶

O território da Baixa-Chiado, é profícuo em cruzamentos – históricos, sociais, económicos, culturais, cujo dinamismo advém das múltiplas interacções e confluências. O seu valor ultrapassa largamente as questões históricas. A Baixa-Chiado tal como é e se apresenta hoje, é um rico e eficaz “*objecto-testemunho*” que oferece grande variedade de recursos de âmbito escolar.

Muitos são os temas/conteúdos programáticos que se cruzam neste território. A geometria, a representação do espaço, a população, o povoamento, o desenvolvimento sustentável, a ecologia, os valores são apenas alguns dos exemplos de temas que poderão ser explorados tendo como recurso maior a Baixa-Chiado.

¹³⁵ AFONSO, Maria Rosa; MIRANDA, Helena Isabel, *Educação para a Cidadania. Guião de Educação para a Cidadania em contexto escolar...Boas Práticas*, Lisboa: Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2007, p. 17.

¹³⁶ FORTUNA, Carlos, *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*, Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 27.

Ao contrário do que habitualmente se pensa relativamente ao estudo dos centros históricos em particular e do Património em geral, as potencialidades ultrapassam o domínio do ensino/aprendizagem da disciplina de História. No que diz respeito, concretamente à Baixa-Chiado, este território tem múltiplas valências disciplinares, sendo por isso um excelente recurso didáctico-pedagógico capaz de operacionalizar uma qualquer competência do Ensino Básico. Contudo, o recurso só será útil e tornar-se-á eficaz se utilizado em prol da aquisição e desenvolvimento das referidas competências. Como tal, qualquer actividade programada, quer de âmbito disciplinar, quer interdisciplinar requer uma análise detalhada dos conteúdos programáticos das diferentes áreas curriculares, do público-alvo, das competências a desenvolver e o modo como operacionalizar todo do processo.

Os Currículos Nacionais são um elemento base e unificador de todo o sistema educativo português, contudo eles devem ser geridos e adaptados de forma flexível à realidade de cada escola, de cada turma e particularmente, ao conjunto de alunos que a compõe.

O ainda denominado 3.º Ciclo do Ensino Básico, cuja organização curricular¹³⁷ (Anexo 8) está organizado em três anos de escolaridade – 7.º, 8.º e 9.º ano – é decerto o Ciclo de ensino que se apresenta como um grande desafio a todos os Educadores (encarregados de educação, professores, comunidade educativa em geral) por corresponder ao período da adolescência – entre os 12 e os 15 anos de idade. Esta etapa do desenvolvimento, que ocorre desde «...a puberdade à idade adulta, ou seja, desde a altura em que as alterações psicobiológicas iniciam a maturação até à idade em que um sistema de valores e crenças se enquadra numa identidade estabelecida.»¹³⁸ manifesta-se por transformações físicas e emocionais do ser humano e que, inevitavelmente têm reflexos no contexto de sala de aula, quer na relação entre pares, quer na relação com os professores.

Em suma, é a entrada na adolescência¹³⁹, «É a idade do barulho, mas também a do silêncio.»¹⁴⁰ Na Escola, a irreverência, por vezes confundida com indisciplina, a não menos problemática desmotivação, que tende a vulgarizar os reais motivos do malfadado

¹³⁷ Decreto-Lei n.º 209/02, de 17 de Outubro que altera o artigo 13.º e os anexos I, II e III do Decreto Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro.

¹³⁸ SAMPAIO, Daniel, *Ninguém morre sozinho*, 12ª edição, Lisboa: Caminho, 2002, p. 57.

¹³⁹ Actualmente, o tema da adolescência tem despertado a atenção de todos os agentes educativos, principalmente pelas questões relacionadas com desvios comportamentais, como a bulimia, a anorexia, a depressão, o consumo de álcool e substâncias tóxicas, que por vezes têm implicações directas no contexto escolar, como a indisciplina e a violência física e psicológica como o *Bullying*.

¹⁴⁰ BRACONNIER, Alain, *Guia da Adolescência – primeiro volume*, Lisboa: Prefácio, 2002, p.11.

insucesso escolar, assim como a incapacidade de lidar com a frustração são apenas alguns dos problemas que têm conduzido a reflexões variadas, nomeadamente sobre o papel da Escola na formação integral dos seus alunos e nos “novos” instrumentos educativos.

Ao realizar uma análise detalhada dos “Programas e Orientações Curriculares”¹⁴¹ de todas as disciplinas dos três anos que compõem o 3º Ciclo do Ensino Básico foi clara as potencialidades que os programas do 8º ano de escolaridade oferecem para a criação de estratégias de ensino-aprendizagem e aplicáveis ao território da Baixa-Chiado.

Neste sentido, foram criados três projectos, designados por Itinerários Culturais – a *Baixa-Chiado Geométrica* (Anexo 9), *D’ Olho nas (In)Diferenças* (Anexo 10) e *Baixa-Chiado ConVida* (Anexo 11) – todos eles interdisciplinares.

Na elaboração de todos eles foram tidos em linha de conta alguns pressupostos fundamentais para a fundamentação das opções feitas.

Em primeiro lugar, valoriza-se o papel transversal não só da disciplina de Língua Portuguesa e Educação para a Cidadania, mas também a de Educação Física, pelo que encontram-se directamente envolvidas em todos os Itinerários Culturais.

Em segundo lugar, e tendo em conta o panorama escolar nacional, no que diz respeito ao ensino das línguas estrangeiras, bem como o investimento do Estado na introdução do ensino do Inglês desde o 1º Ciclo do Ensino Básico, entende-se esta disciplina como a Língua Estrangeira de nível I¹⁴² e as Línguas Estrangeiras de nível II o Francês, Espanhol e Alemão, facto que justifica as opções tomadas relativamente aos conteúdos e objectivos destas disciplinas.

Em terceiro lugar, e apesar do currículo nacional contemplar, como opção da segunda Língua Estrangeira, apenas uma de entre o Espanhol, Francês ou Alemão. Nos Itinerários apresentados todas elas são tidas em consideração visando uma maior flexibilidade e adaptabilidade dos mesmos à realidade de cada Escola.

E quatro lugar, embora a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica seja uma disciplina de carácter facultativo ela é contemplada no desenho dos diferentes Itinerários, pelas mesmas razões apresentadas no ponto anterior.

Finalmente, em quinto lugar e não menos importante, é o facto de valorizar a área curricular não disciplinar de Área de Projecto que «...visando a concepção, realização e avaliação

¹⁴¹Disponível no sítio do Ministério da Educação: http://www.dgic.min-edu.pt/basico/Paginas/Programas_OrientacoesCurriculares.aspx [Consulta em 26 de Outubro de 2009].

¹⁴² Língua Estrangeira de nível I é a língua iniciada no 5º ano de escolaridade.

*de projectos, através da articulação de saberes de diferentes áreas curriculares...*¹⁴³ tenderá a ser um “parceiro” fundamental, a par das Tecnologias de Informação e Comunicação¹⁴⁴, para a concretização, em ambiente escolar, dos Itinerários Culturais.

Cada um dos Itinerários Culturais obedece à mesma metodologia operativa, composta por duas fases distintas – no território da Baixa-Chiado e no território Escola – tendo em vista o prolongamento das actividades e com elas o desenvolvimento das competências no espaço da sala de aula.

Assim, a I Fase, no território concreto da Baixa-Chiado, tem como principal estratégia uma visita de estudo, uma vez que estimula os alunos para a aprendizagem fora do espaço tradicional onde se realiza todo o processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, a visita de estudo permitirá realizar «...*um ensino activo e interessante (...) contribuindo para uma aprendizagem integradora da realidade.*»¹⁴⁵ Paralelamente, este tipo de estratégia para além do contacto e adesão à realidade tem um importante papel formativo relativamente ao conhecimento e respeito pela preservação do Património, mas também no desenvolvimento do espírito crítico, a partir da observação e da análise do real.

Outro aspecto que merece atenção particular é o facto de a visita de estudo ser apresentada em cada um dos Itinerários Culturais como uma estratégia interdisciplinar, o que obviamente enriquece todo o processo. A visita de estudo reúne a acção e intervenção directas de diferentes disciplinas que, através de actividades planificadas servirão de motivação, aquisição ou consolidação de conhecimentos e saberes.

Para tal, foi construído um plano de trabalho que conta com três etapas de acção distintas – preparação, execução e avaliação¹⁴⁶.

Na preparação da visita de estudo foram definidas as disciplinas intervenientes, os conteúdos programáticos, os objectivos no âmbito dos saberes, a metodologia a utilizar quanto ao tipo de visita de estudo a realizar (dirigida, livre ou mista¹⁴⁷), assim como os recursos necessários para a concretização da estratégia.

¹⁴³ Decreto-lei 6/2001, Artigo 5º - 3 a.

¹⁴⁴ Cfr. Decreto-Lei n.º 209/02, Anexo III, nota de rodapé (f).

¹⁴⁵ PROENÇA, Maria Cândida, *Didáctica da História*, p. 197.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 200.

¹⁴⁷ Na visita de estudo dirigida é o professor ou o técnico de um equipamento, como um museu, quem orientam a actividade. Na visita de estudo livre os alunos têm maior liberdade de movimentos sendo-lhes solicitadas tarefas a partir de um guião ou ficha de trabalho. Quanto à visita de estudo mista, e num primeiro momento, é o professor/técnico quem orientam as actividades para, numa segunda etapa serem os alunos a realizar a visita de forma autónoma, sob orientação do professor. (Cfr. PROENÇA, Maria Cândida, *Op. cit.*, p. 198).

No que diz respeito à execução da visita de estudo foi construído um plano específico que contempla as diferentes actividades a realizar no âmbito de cada disciplina interveniente e de acordo com os objectivos definidos (Anexos 9-A, 10-A, 11-A), assim como os materiais didáctico-pedagógicos complementares à visita de estudo (Anexos 9-B e 10-B).

A II Fase dos Itinerários Culturais terá lugar na Escola. Aí dar-se-á continuidade à estratégia aplicada no território da Baixa-Chiado e assim estender a intervenção das restantes disciplinas, através de projectos interdisciplinares, de médio e longo prazo, e mais amplos, quanto aos intervenientes permitindo até a intervenção e interacção com toda a Comunidade Educativa.

Relativamente à avaliação, enquanto «...*processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizados pelo aluno...*»¹⁴⁸ é composta por modalidades várias¹⁴⁹ sendo privilegiada nos diferentes Itinerários Culturais a avaliação formativa, por ter um carácter contínuo e sistemático. Deste modo, e ao longo de todo o processo que envolve a realização de diferentes actividades serão avaliados os instrumentos complementares e realizados pelos alunos, como os guiões da visita de estudo, entrevistas, inquéritos, entre outros.

Finalmente, será importante referir que o sucesso da aplicabilidade dos Itinerários Culturais passará em primeiro lugar pelo conhecimento efectivo, por parte dos professores, de todas as áreas curriculares disciplinares, do território da Baixa-Chiado e o reconhecimento do respectivo valor didáctico-pedagógico. Por outro lado, os Itinerários Culturais não podem ser encarados como actividades estaques, antes pelo contrário, podem e devem ser adaptados de acordo com a especificidade de cada Escola, turma e aluno.

A riqueza patrimonial da Baixa-Chiado permitirá ao(s) professore(s) o uso da sua criatividade na construção de múltiplos Itinerários Culturais, os quais deverão ser aplicados no território tendo em conta a flexibilidade e adaptabilidade dos mesmos, numa perspectiva de descoberta constante e conseqüente relação com o território.

¹⁴⁸ Decreto-lei 6/2001, Artigo 12º - 1.

¹⁴⁹ Avaliação diagnóstica, formativa e sumativa.

1 - BAIXA-CHIADO GEOMÉTRICA

I FASE – VISITA DE ESTUDO

Âmbito Disciplinar	Conteúdos Programáticos	Objectivos
História	<p style="text-align: center;">ABSOLUTISMO E MERCANTILISMO NUMA SOCIEDADE DE ORDENS</p> <p>Um projecto modernizador: o despotismo pombalino:</p> <ul style="list-style-type: none"> A cidade como imagem do poder: o urbanismo pombalino. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as principais características do plano urbanístico da cidade de Lisboa; Relacionar o projecto de reconstrução urbanístico como manifestação de uma nova concepção de espaço urbano e afirmação de poder.
Matemática	<p style="text-align: center;">GEOMETRIA</p> <p>Decomposição de figuras</p> <ul style="list-style-type: none"> Decomposição de polígonos em triângulos e quadriláteros <p>Teorema de Pitágoras</p> <ul style="list-style-type: none"> o Teorema de Pitágoras e o espaço <p>Lugares Geométricos</p> <ul style="list-style-type: none"> Problemas envolvendo distâncias entre dois pontos: <p>Translações</p> <ul style="list-style-type: none"> Imagem de uma figura num translação dada <p style="text-align: center;">FUNÇÕES</p> <p>Desenvolver o conceito de função</p>	<ul style="list-style-type: none"> Decompor e compor figuras geométricas obtendo outras, relacionando-as entre si; Resolver problemas no plano e no espaço aplicando o Teorema de Pitágoras; Resolver geometricamente problemas que envolvam a distância entre dois pontos; Identificar o conjunto de pontos do plano ou do espaço que estão a uma distância de um ponto dado; Reconhecer que o conjunto dos pontos do plano equidistantes dos extremos de um segmento de recta é a recta perpendicular ao meio do segmento; Fazer um esboço que facilite a compreensão e resolução de um problema. Identificar translações na vida quotidiana; Efectuar translações em papel quadriculado ou associando a translação a um vector. Reconhecer exemplos e contra-exemplos de funções em correspondências apresentadas em diferentes contextos e de diversas formas.

PREPARAÇÃO	Âmbito Disciplinar	Conteúdos Programáticos	Objectivos
	Educação Visual	<p>REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO Representar objectos pelas suas vistas no sistema europeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vista: cubo envolvente, sistema europeu; • Perspectiva de observação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenhar as vistas necessárias para compreensão de um objecto (noções de contorno e de corte); • Registrar as suas medidas (escalas, cotas), utilizando linguagem gráfica convencional (linhas contínuas e interrompidas, de espessuras diferentes, etc.); • Conhecer sistematizações geométricas de perspectiva de observação (linhas de ponto de fuga, direcções principais e auxiliares, divisões proporcionais, etc).
	Educação Tecnológica	<p>PROCESSO TECNOLÓGICO Planeamento e desenvolvimento de projectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • realizar projectos. <p>Conceitos, princípios e operadores tecnológicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • materiais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar factores de desenvolvimento tecnológico; • Analisar e tomar posição face à implementação de soluções tecnológicas para problemas sociais; • Realizar observações directas; • Desenhar objectos e construções.

PREPARAÇÃO	METODOLOGIA	Tipo de visita de estudo	Mista (dirigida pelos professores e alunos).
		Actividades de preparação	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição de quatro grupos.
		Recursos	<p>→ Os alunos terão que comparecer com lápis de carvão, duas canetas de cor, régua, esquadro, compasso, borracha, um bloco de papel cavalinho A4 e máquina fotográfica.</p> <p>→ Transporte e bilhete para o elevador de Santa Justa.</p>

EXECUÇÃO

- **Ponto de partida:** Praça do Rossio e Praça do Comércio.
 - Distribuição dos quatro grupos por cada professor promotor/dinamizador da visita de estudo (História, Matemática, Educação Visual e Educação Tecnológica).
- **Itinerários:**
 - História: entrega aos alunos de um guião; visita orientada pelo/a professor/a.
 - Matemática: entrega aos alunos de um guião; visita orientada pelo professor seguida de actividades práticas a realizar pelos alunos no local.
 - Educação Visual e Educação Tecnológica: entrega de um guião com actividades orientadas; visita livre.
- **Foco de observação e análise ao longo dos diferentes itinerários:**
 - Traçado urbano;
 - Janelas;
 - Calçada;
 - Azulejos;
 - Ferros decorativos;
 - Arquitectura religiosa (fachada).

II FASE – NA ESCOLA

DISCIPLINAS INTERVENIENTES	Língua Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de textos que complementarão os trabalhos práticos/criativos a realizar no âmbito das disciplinas de EV e ET..
	Línguas Estrangeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de textos e legendas dos trabalhos práticos/criativos a realizar no âmbito das disciplinas de EV e ET.
	Matemática	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação das matérias relacionadas com a Geometria
	Educação Visual	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento técnico dos desenhos realizados durante a Visita de Estudo
	Educação Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma maquete da Baixa Pombalina e respectivos pormenores decorativos.
Produto Final	EXPOSIÇÃO – <i>A Baixa-Chiado Geométrica</i>	
Divulgação	Abertura da escola à Comunidade Educativa	

2 - D' OLHO NAS (IN)DIFERENÇAS

I FASE – VISITA DE ESTUDO

	Âmbito Disciplinar	Conteúdos Programáticos	Objectivos
PREPARAÇÃO	História	<p>ABSOLUTISMO E MERCANTILISMO NUMA SOCIEDADE DE ORDENS</p> <p>Um projecto modernizador: o despotismo pombalino:</p> <ul style="list-style-type: none"> A cidade como imagem do poder: o urbanismo pombalino. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as principais características do plano urbanístico da cidade de Lisboa; Relacionar o projecto de reconstrução urbanístico como manifestação de uma nova concepção de espaço urbano e afirmação de poder.
	Geografia	<p>POPULAÇÃO E POVOAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> Diversidade cultural: factores de identidade e de diversidade das populações; Áreas de fixação humana: estrutura das áreas urbanas. <p>CONTRASTES DE DESENVOLVIMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> Interdependência entre espaços com diferentes níveis de desenvolvimento: obstáculos ao desenvolvimento; soluções para atenuar os contrastes de desenvolvimento. <p>AMBIENTE E SOCIEDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> Ambiente e desenvolvimento Sustentável: estratégias de preservação do património. 	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer a existência de população com estruturas etárias contrastadas; Estudar casos concretos para reconhecer a existência de população com características diferentes, a partir de recolha de informação; Desenvolver estudos simples que envolvam trabalho de campo, realizando entrevistas e/ou inquéritos e actividades complementares na aula, para evidenciar a mobilidade e a fixação de população; Recolher informação sobre exemplos concretos de níveis de desenvolvimento identificando factores que condicionam o desenvolvimento; Identificar os impactos das alterações ambientais no espaço e nas actividades humanas, para evidenciar a crescente necessidade de desenvolver esforços comuns na preservação e na gestão do ambiente.
	Ciências Naturais	<p>SUSTENTABILIDADE NA TERRA</p> <ul style="list-style-type: none"> Ecosistemas: perturbações no equilíbrio dos ecossistemas. Gestão sustentável dos recursos 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar a poluição como uma das principais causas do desequilíbrio dos ecossistemas; Contactar com problemas reais, que afectam a comunidade, em particular, e a Terra de um modo global.

	Âmbito Disciplinar	Conteúdos Programáticos		Objectivos
PREPARAÇÃO	Ciências Físico-Químicas	<p align="center">SUSTENTABILIDADE NA TERRA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reacções químicas: tipos, velocidade, explicação e representação das reacções químicas. • Mudança global: influência da actividade humana na atmosfera terrestre e no clima. 		<ul style="list-style-type: none"> • Compreender que a Química se refere ao modo como os materiais se transformam para originar outras substâncias; • Identificar, no mundo à sua volta, reacções químicas e apresentar evidências que apoiam os seus resultados; • Identificar poluentes atmosféricos, as suas possíveis causas, consequências e formas de minimização.
	EMRC	<p align="center">ECOLOGIA E VALORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • O mundo é a nossa casa; • A destruição do ambiente vital onde nós habitamos. 		<ul style="list-style-type: none"> • Interpretar produções culturais sobre a temática da natureza e a relação com o ser humano, por forma a organizar uma visão coerente do mundo; • Interpretar criticamente a acção humana sobre a natureza; • Propor soluções fundamentadas para o conflito entre valores económicos e valores ambientais no comportamento do ser humano em relação à natureza.
PREPARAÇÃO	METODOLOGIA	Tipo de visita de estudo	Mista (dirigida pelos professores e alunos).	
		Actividades de preparação	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição de cinco grupos. 	
		Recursos	→ Os alunos terão que comparecer com máquina fotográfica, bloco de notas, lápis e caneta. → Transporte.	

EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Ponto de partida: Rossio / Largo do Chiado / Miradouro de São Pedro de Alcântara → Distribuição dos cinco grupos por cada professor promotor/dinamizador da visita de estudo (História, Geografia, Ciências Naturais, Ciências Físico-Químicas e EMRC). • Itinerários: → Os itinerários serão realizados de acordo com os objectivos definidos para cada disciplina. Os mesmos implicam a realização de actividades práticas, nomeadamente inquéritos à população, entrevista e registos fotográficos. • Foco de observação e análise ao longo dos diferentes itinerários: → traçado urbano; População; espaço; marcas da poluição, intervenção no património...
----------	--

II FASE – NA ESCOLA

Disciplinas intervenientes	Língua Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de textos e legendas complementares aos registos fotográficos da autoria dos alunos.
	Línguas Estrangeiras	
	Matemática	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de conhecimentos relacionados com a Estatística.
	Educação Visual	<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento das fotografias recolhidas pelos alunos durante a visita de estudo. • Composição dos registos fotográficos com vista a uma exibição pública. • Montagem de uma exposição.
	Educação Tecnológica	
Produto Final	EXPOSIÇÃO e DEBATE – <i>Um Olhar de (In)Diferença</i>	
	<p>O debate será dinamizado pelos alunos. Para o qual serão convidados representantes de diferentes organismos sociais, culturais e políticos, tendo em vista uma abordagem global das diferentes realidades não só no território da Baixa-Chiado.</p>	
Divulgação	Jornal e sítio Web da escola.	

3 - BAIXA-CHIADO CONVIDA

PROJECTO ANUAL

I FASE – VISITAS DE ESTUDO

Âmbito Disciplinar	Conteúdos Programáticos	Objectivos
Língua Portuguesa	<p style="text-align: center;">LEITURA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientada: texto narrativo; texto poético; texto dramático; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ler e ver peças de teatro ou extractos de peças seleccionadas: imaginar ou reconstruir espaços a partir de indicações cénicas ou de informações contidas em réplicas. • Relacionar os textos lidos (narrativos, poéticos, dramáticos) com contextos ou outros textos: contextualizar a obra para aprofundamento da sua interpretação – informar-se, através de documentos escritos ou outros sobre aspectos relativos a geografia, história, sociedade, biografia do autor; contactar com outras manifestações estéticas (pintura, escultura, música, artes decorativas, arquitectura).
História	<p style="text-align: center;">ABSOLUTISMO E MERCANTILISMO NUMA SOCIEDADE DE ORDENS</p> <p>Um projecto modernizador: o despotismo pombalino:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A cidade como imagem do poder: o urbanismo pombalino. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as principais características do plano urbanístico da cidade de Lisboa; • Relacionar o projecto de reconstrução urbanístico como manifestação de uma nova concepção de espaço urbano e afirmação de poder.
Geografia	<p style="text-align: center;">POPULAÇÃO E POVOAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade cultural: factores de identidade e de diversidade das populações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar trabalhos de campo para construir plantas funcionais; • Recolher informação sobre os espaços urbanos para comparar os modos de vida da população.
Dança	<p>Interpretar Compor Apreciar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar um estudo de dança feito de um desafio intenso de relações com outras matérias curriculares, com temas do seu interesse e universo colectivo.

	Âmbito Disciplinar	Conteúdos Programáticos	Objectivos
PREPARAÇÃO	Música	Memórias e Tradições Música e movimento Música e multimédia Música e tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar a compreensão e a utilização do vocabulário musical e dos principais compositores; • Compreender a música como construção humana, social e cultural e as interrelações com os diferentes quotidianos e áreas de saber; • Aprofundar o conhecimento do trabalho de músicos e compositores de culturas musicais diferentes; • Desenvolver o pensamento crítico que sustente as opiniões, as criações e interpretações.
	Teatro	O Indivíduo e o Grupo Sensações e emoções Corpo e voz Espaço Linguagem verbal e não verbal Apreciação e juízo crítico	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma relação de pertença e autonomia no seio do grupo; • Interiorizar sensações e emoções experimentadas no contacto com o meio, a fim de renovar a relação com o mundo e enriquecer a sua expressão; • Tomar consciência do corpo, explorando as suas potencialidades no processo de expressão/comunicação; • Tomar consciência das potencialidades da linguagem verbal e não-verbal no processo de expressão/comunicação; • Apreciar diferentes linguagens artísticas.

- **A primeira visita de estudo** será realizada com toda a turma, a qual será dividida em três grupos. Estes realizarão três itinerários diferentes que implicarão a visita de diferentes equipamentos culturais.
- Os **itinerários** serão dinamizados pelos professores e pelos representantes dos equipamentos culturais:
- **I Itinerário** (monitorizado pelo professor de LP): Largo do Chiado → Teatro Nacional de São Carlos → Museu do Chiado → Rossio.
 - **II Itinerário** (monitorizado pelo professor de História): Terreiro do Paço → Museu da Moda e do Design → Teatro Nacional D. Maria II.
 - **III Itinerário** (monitorizado pelo professor de Geografia): Praça da Figueira → Rossio → Rua do Carmo → Rua Garrett → Teatro da Trindade ou Teatro S. Luiz.
- O Rossio será sempre o local de interface de alternância dos grupos.

→ **Ao longo do 1º e do 2º períodos:**

- A turma será dividida em **seis grupos**;
- A cada grupo será “entregue” um **equipamento cultural** para um estudo mais aprofundado sobre o seu funcionamento e dia-a-dia;
- Esse estudo implica que cada grupo visite o respectivo equipamento entre duas a quatro vezes;
- Pretende-se que durante as visitas aos equipamentos, os alunos conheçam em pormenor o seu funcionamento, naquilo que habitualmente o público não tem acesso. Para tal, deverão fazer registos escritos, fotográficos e até filmagens (bastidores, actores, ensaios, etc...)
- Para que esta etapa se concretize em pleno será fundamental que a Escola crie **parcerias** com os equipamentos culturais. A saber:
 - a) Teatro Nacional D. Maria II
 - b) Teatro Nacional de São Carlos
 - c) Teatro da Trindade
 - d) Teatro S. Luiz
 - e) Museu do Chiado
 - f) Museu do Design e da Moda

II FASE – NA ESCOLA

→ **Ao longo do 2º e 3º períodos:**

- Cada grupo terá que produzir um “spot” publicitário ou uma curta-metragem sobre a Baixa-Chiado e o equipamento cultural (em português e nas diferentes línguas estrangeiras).
- O apoio técnico estará centrado nas disciplinas de Línguas e na de Educação Tecnológica.

→ **No final do 3º período:**

- Realização de uma apresentação pública dos trabalhos, os quais serão alvo de concurso.
- O júri será constituído pelos representantes dos diferentes equipamentos culturais, por um representante da vereação da cultura da CML e professores.

4.3. Uma proposta de diagnóstico da ocupação, uso e vivência do território pelo público escolar

A Baixa-Chiado é sem margem para dúvidas «...a nossa única reserva, em termos de identidade cultural e tecnológica em extensão, e a única que verdadeiramente permitirá entender a cidade de Lisboa enquanto uma cidade de cariz universalista.»¹⁵⁰

Dado o valor patrimonial do território da Baixa-Chiado, assim como a sua importância como recurso didático e pedagógico para o público escolar, na aquisição e desenvolvimento de competências gerais e específicas, pouco se sabe, de forma rigorosa, concreta e sistemática, sobre o real valor deste território para as Escolas, nomeadamente as de Lisboa.

Entendendo o território da Baixa-Chiado como um equipamento cultural maior, «...a zona da cidade¹⁵¹ que mais facilmente se poderá assimilar a um “bairro cultural”...»¹⁵² ele congrega em si outros tantos eixos culturais, como os teatros e museus, e que caracterizam este território «...pela grande quantidade de actividades aí implantadas, mas sobretudo pelo desenvolvimento de um meio propício à circulação da informação e à difusão da inovação e criatividade.»¹⁵³

Se já existem estudos, mais ou menos específicos, sobre a actividade cultural na cidade de Lisboa, nomeadamente a tipologia de públicos que acorrem aos diferentes equipamentos culturais, desconhece-se algum estudo que tenha sido feito para aferir a real importância do território da Baixa-Chiado, para o contexto escolar.

Neste sentido, pareceu pertinente integrar e apresentar neste trabalho de projecto uma proposta de diagnóstico relativa à ocupação, uso e vivência do território da Baixa-Chiado.

Para tal, foram criados alguns instrumentos de trabalho para que, no futuro, possam ser aplicados no terreno, junto das Escolas e respectivos agentes educativos.

A primeira fase foi a construção de um questionário (Anexo 12), de fácil preenchimento e com o qual pretende-se:

- Identificar as Escolas que realizam um qualquer tipo de actividade no território da Baixa-Chiado;

¹⁵⁰ MESTRE, Victor, “Património Imaterial. Quando a intervenção supera o bem histórico material” in *Biografia de um Pombalino. Um caso de reabilitação na Baixa de Lisboa*, Lisboa: Edições Orion, 2009, p. xii.

¹⁵¹ A zona ali mencionada refere-se particularmente à zona do Bairro Alto-Chiado.

¹⁵² COSTA, Pedro, *A Cultura em Lisboa: competitividade e desenvolvimento*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 330.

¹⁵³ Idem, *ibidem*, p. 331.

- Aferir o número aproximado de alunos, e respectivo ano de escolaridade, que visitaram o território;
- Conhecer as motivações e objectivos para a realização de actividades neste território;
- Indicar o tipo de actividades programadas e realizadas para e no território;
- Saber quais os equipamentos culturais que integraram as actividades programadas;
- Identificar os agentes dinamizadores das actividades programadas;
- Definir as potencialidades e as debilidades do território na óptica do público docente, de acordo com a avaliação realizada.

O inquérito será preenchido presencialmente, junto do delegado de grupo/departamento disciplinar de cada Escola (exemplo: departamento de Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras, Ciências Sociais, Ciências Exactas, Ciências Experimentais, Artes e Expressões, ...), após pedido de autorização prévia ao Conselho Executivo do respectivo estabelecimento de ensino.

Todas as questões elaboradas incidem sobre as actividades realizadas no âmbito do 5º ao 12º ano de escolaridade, sem condicionalismos disciplinares, isto é, parte-se do princípio que qualquer disciplina poderá realizar uma actividade no território em questão. As questões referem-se a actividades realizadas no ano lectivo imediatamente anterior, pelo facto da avaliação do plano anual de actividades da escola já ter sido realizada.

Elaborado o questionário a pergunta que se impõe é saber que Escolas inquirir.

Apesar do inegável valor patrimonial decorrente dele, o interesse generalizado que o território Baixa-Chiado tem do ponto de vista didáctico e pedagógico, optou-se por circunscrever a análise diagnóstica às Escolas de Lisboa. Porém, a organização administrativa não corresponde à forma como as Escolas se organizam entre si.

A coordenação e funcionamento das Escolas faz-se ao nível dos agrupamentos de estabelecimentos de ensino, de acordo com as diferentes Direcções Regionais de Educação.¹⁵⁴ Relativamente à cidade de Lisboa, a direcção regional correspondente é a Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, que compreende 51 concelhos, desde Abrantes até Vila Nova da Barquinha (Anexo 13).

¹⁵⁴ Cfr. Lei Orgânica do Ministério da Educação in Decreto-Lei 2008/2002, *Diário da República* n.º 240, I série – A, 17 de Outubro de 2002.

Se apontássemos a análise para as Escolas que integram os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa chegaríamos a números muito elevados - 175 agrupamentos de estabelecimentos de ensino para um universo de 1010 Escolas (Anexo 14).

Dada a extensão territorial, assim como o elevado número de estabelecimentos de ensino, a opção final foi a de circunscrever a análise às Escolas do Ensino Básico e Secundário dos concelhos da sub-região da Grande Lisboa – Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira - num total de 80 estabelecimentos de ensino (Anexo 15).

Recolhidos e analisados os dados do inquérito parece pertinente e oportuno que a síntese desse trabalho seja dada a conhecer a organismos de diferente ordem – políticos, culturais, económicos -, tais como, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação, a Câmara Municipal de Lisboa, pelos Pelouros da Cultura e da Educação, o Gabinete de Estudos Orlisiponenses e a Unidade de Projecto da Baixa-Chiado, este último criado com o objectivo de «...*preservar e valorizar o património histórico e arquitectónico, preenchendo uma lacuna existente na zona histórica da cidade.*»¹⁵⁵ Para além de organismos políticos e de decisão, deverão ser igualmente contemplados da divulgação dos dados, os diferentes equipamentos culturais desde os teatros aos museus, assim com a Associação de Turismo de Lisboa ou até mesmo a ExperimentaDesign¹⁵⁶ com recente e criativa intervenção na área da educação e solidariedade.

Deste modo, todos os agentes poderão ter uma ideia exacta da perspectiva da Escola em relação ao território da Baixa-Chiado e assim consertar estratégias comuns que visem um bom e efectivo bem-estar, uma melhoria da qualidade de vida e uma crescente e transversal tomada de consciência que vise a preservação do Património, enquanto elemento identitário.

Talvez assim, seja possível contribuir para a concretização de um dos objectivos definidos no âmbito das *Estratégias para a Cultura em Lisboa* - «*Preservar e devolver a memória e os imaginários da cidade e reflectir sobre a sua contemporaneidade.*»¹⁵⁷

¹⁵⁵ Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=390&idi=36983> [Consulta em 20 de Agosto de 2010.]

¹⁵⁶ Esta associação cultural, na sua última bienal realizada entre 9 de Setembro 8 de Novembro de 2009, realizou um projecto de carácter social e educativo junto da população do bairro da Graça e o qual foi explicitado pela sua co-fundadora Guta Moura Guedes no II Seminário de Inovação e Empreendedorismo Social promovido pela Santa Casa da Misericórdia realizado a 9 de Julho de 2010 na Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em: <http://video.moglike.com/t/Guta-Moura-Guedes.btm> [Consulta em 15 de Julho de 2010.]

¹⁵⁷ *Estratégias para a Cultura em Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro da Cultura, 2009, p.117.

5. CONCLUSÃO

«O que importa, (...) não é a quantidade do que o professor diz, mas a qualidade do que o aluno ganha; não o programa que sai da cabeça do professor ou do legislador, senão o que entra e toma vida no espírito do educando.»

António Sérgio¹⁵⁸

O mundo contemporâneo assiste a rápidas e imprevisíveis alterações e por isso, um desafio constante à sociedade na redefinição de ferramentas que nos permitam processar tão vasto domínio de informação. Nesse sentido, vivemos tempos de transformação, mas igualmente decisivos, onde a Escola adquire um destaque e relevância fundamentais para o futuro, principalmente ao nível da Educação Integral.

Lugar de passagem, de permanência, de encruzilhada e de crescimento, a Escola constitui um corpo físico e humano, onde se cruzam variadas memórias – colectiva, familiar, individual – e temporalidades¹⁵⁹. Por outro lado, a exclusiva função de instruir de outros tempos, ampliou-se consideravelmente, sendo hoje uma instituição com um nível estrutural e organizacional bastante complexo, com vectores únicos e distintos que permitem torná-la única e diferente entre si. Todavia, o eixo central da sua acção educativa e educadora, passa pela sua missão. Dela espera-se uma educação cultural, socializadora, personalizadora, produtiva, selectiva e igualizadora¹⁶⁰, que permita a aquisição e desenvolvimento de competências, de vária ordem, fundamentais para o futuro, numa sociedade cada vez mais competitiva e em renovação permanente, pois *«...quer se queira quer não, tudo o que nela se fizer com as novas gerações, terá sobre elas obrigatoriamente impacto para toda a vida.»*¹⁶¹

Neste sentido, o destaque dado à Educação/Formação Cívica, particularmente a partir dos anos 90 do século XX, decorrente dos inúmeros debates públicos e transnacionais, sobre o papel e o valor da Escola na formação social e pessoal dos indivíduos, enquanto parte integrante de uma comunidade específica. Assim, torna-se cada vez mais evidente e inevitável o relacionamento, activo e permanente, entre a Escola e o

¹⁵⁸ SÉRGIO, António, *Cartas sobre a Educação Profissional. Escritas ao Director da Academia de Estudos Livres*. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1967, p.32.

¹⁵⁹ Cfr. PROENÇA, Maria Cândida; MANIQUE, António Pedro, Op. cit., p.8.

¹⁶⁰ Cfr. FORMOSINHO, João, “Princípios para a organização e administração da Escola portuguesa” in *A Gestão do Sistema Escolar, Seminários*, Lisboa: CRSE, GEP/ME, 1988, pp.60-61.

¹⁶¹ BARBOSA, Luís Marques, *A Função Social da Escola*, Conferência apresentada no âmbito do III Encontro de Educação de Sintra, Sintra: s.e., 2000, p.7.

Meio envolvente. Deste modo, fomentar, criar e estimular uma cultura de parcerias entre a Escola, a Família e a Comunidade, através de uma relação de proximidade, é condição favorável para o conhecimento da identidade e da memória colectiva. Por outro lado, e do ponto de vista organizacional da Escola, permitirá concretizar em pleno «...“a sustentabilidade/eficácia e equidade” do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação...»¹⁶²

Assim, pela proximidade física e/ou pela relação afectiva com os espaços, o Meio envolvente à Escola oferece um sem número de recursos que em muito podem ajudar a prática docente, uma vez que «*As forças de um lugar, que podem ser naturais ou construídas pela mão do homem (...) são componentes de uma paisagem que, pela sua capacidade de definir e limitar o espaço e/ou pela dimensão ou beleza, se impõem, e nele sobressaem construindo para tornar singular e único.*»¹⁶³

É neste sentido que o Património tem conquistado um valor inestimável nas sociedades actuais, contribuindo decisivamente para que a memória cultural seja um factor de paz, de liberdade, mas também factor de inovação e criatividade. O poder de atracção que exerce ao nível dos sentidos e das emoções constitui, por si só, um importante instrumento de trabalho, numa acção educativa e educadora junto dos cidadãos em geral, e dos mais novos em particular. Porém, essa relação afectiva e sensitiva decorre, em primeiro lugar e antes de mais, do conhecimento. Observar o Património e analisá-lo implica relacioná-lo com as pessoas e as comunidades, em relação directa com a cultura, a memória e a criação.¹⁶⁴

O Património sendo fonte de conhecimento, é igualmente fonte de criatividade. O que são os projectos de requalificação de edifícios ou sítios se não um acto de criatividade, onde a integridade do espaço e a adaptabilidade à função desejada devem articular-se de forma harmoniosa. Pensemos concretamente no caso do MuDe – Museu do Design e da Moda – e o espaço onde está implantado. No coração da Baixa Pombalina, este equipamento cultural integrou o edifício que fora em tempos sede do Banco Nacional Ultramarino, fundado em 1864 e mais tarde, propriedade da Caixa Geral de Depósitos, que sofrera vicissitudes várias, nomeadamente construtivas, mas que o actual museu não ignorou, antes pelo contrário, potenciou, respeitando a natureza e singularidade não só do

¹⁶² SOUSA, Maria Gracinda, SAMPAIO, Manuela, *A Parceria entre a Escola, a Família e a Comunidade: O Património Cultural Local como forma de envolvimento dos Pais*, Lisboa: Edição do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, 2000, p. 7.

¹⁶³ COSTA, Ana Cristina Martinho Ferreira da, *Espaço, Significados e Vivências. Dinâmicas da relação do homem ambiente construído*, Dissertação de Mestrado em Ecologia Urbana, Évora: Universidade de Évora, Outubro de 1997, p. 43.

¹⁶⁴ Cfr. MARTINS, Guilherme d' Oliveira, *Património, Herança e Memória. A cultura como criação*, p.10.

edifício, mas também da sua envolvente renovando o conceito tradicional de espaço museológico. O museu projectou-se como continuidade da rua e pólo de atracção dos transeuntes. Um espaço do passado, para uma função presente, projectado para o futuro, tendo por base uma referência patrimonial.

O trabalho de projecto apresentado centrou-se na relação directa entre a Escola e o Meio, especificamente a Baixa-Chiado. O destaque dado a este território deve-se não só ao seu conjunto e valor patrimonial, mas também às dinâmicas quotidianas que aí têm palco diariamente. Debaixo dos pés, ao nível da terra, num ponto mais elevado, cada edifício, praça, jardim, largo, miradouro, estátua, calçada deposita em si um valor patrimonial incontestável, assim como uma acção comunicadora com o espectador sobre o presente, pois apresentam registos vivos, actuais, contemporâneos da sua sociedade, com tudo de positivo e negativo que lhe está associado.

Aprender a observar educando o olhar, a partir do Património, é por si um desafio interessante do ponto de vista dos recursos educativos interdisciplinares. Mais interessante e rico é quando o recurso em causa é a Baixa-Chiado. Este micro-mundo moldado pelos vestígios do Património testemunha a acção permanente do Homem, de acordo com diferentes acontecimentos - políticos, sociais, económicos e culturais -, e permitem perceber o papel de cada um na sociedade, compreender a sua identidade contribuindo assim, para aumentar o conhecimento, o respeito por si próprio, pelos outros e pelo Património como matriz cultural que deve ser preservada.

O território da Baixa-Chiado apresenta-se como um espaço rico em recursos didáctico-pedagógicos para as diferentes áreas curriculares disciplinares, quer ao nível do domínio da aquisição de conhecimentos, quer ao nível do desenvolvimento de competências.

Numa análise minuciosa de toda a organização curricular do sistema educativo português – desde o Ensino Básico ao Ensino Secundário – foi possível encontrar inúmeros pontos de contacto, alguns dos quais se repetem, em níveis diferentes, ao longo dos anos escolares, mas também a clara possibilidade de concretizar aprendizagens a partir do território da Baixa-Chiado. Apesar das múltiplas definições espaciais, quando nos referimos à Baixa-Chiado, o mais relevante é o potencial que o território oferece em diferentes áreas. Deste modo, não será ousado afirmar que o território da Baixa-Chiado é rico em recursos multi e interdisciplinares e a possibilidade de constituir um recurso

didáctico-pedagógico para qualquer disciplina, de qualquer ano ou ciclo de estudos é absoluta e única.

Muito embora esta evidência, o projecto apresentado reduziu a amplitude de análise direccionando-a ao 8º ano de escolaridade, do 3º Ciclo do Ensino Básico, onde os currículos programáticos das diferentes áreas curriculares disciplinares apresentam um número considerável e relevante de conteúdos, cujas aprendizagens poderão ser, com criatividade e sucesso, desenvolvidas no território da Baixa-Chiado.

Os três Itinerários Culturais, enquanto projectos interdisciplinares, são apresentados como exemplos teóricos da viabilidade daquilo que foi referido anteriormente, tentando comprovar o valor do património associado à aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento de competências do Ensino Básico. Por outro lado, há que sublinhar as infinitas possibilidades que o território da Baixa-Chiado oferece na criação e operacionalidade de actividades didáctico-pedagógicas dirigidas para o público escolar e que ultrapassam o domínio da disciplina de História e o conhecimento da Lisboa Pombalina.

É certo que a viabilidade deste tipo de projectos depende de inúmeros factores que serão decisivos para o estabelecimento de uma efectiva e positiva relação entre a Escola e o Meio, nomeadamente a criatividade e o corporativismo dos professores, assim como uma disponibilidade e abertura na relação do Meio com a Escola.

Estabelecer parcerias com a Escola implica conhecê-la, saber as suas necessidades e sobretudo, ser suficientemente flexível para ajustar e adaptar os programas didácticos já construídos e tipificados para uma determinada faixa etária, como acontece em alguns equipamentos culturais. Daí a importância de aferir junto das Escolas, particularmente das da Área da Grande Lisboa, sobre a ocupação, o uso e vivência do território da Baixa-Chiado. As evidências decorrentes da análise do questionário realizado junto das Escolas poderão constituir uma importante e significativa ferramenta de trabalho para os inúmeros equipamentos culturais, que pulverizam o território em causa, e os órgãos que os tutelam.

A partir do conhecimento efectivo das necessidades das Escolas, poderá ser possível (re)definir estratégias que permitam, de acordo com a missão de cada equipamento cultural, a adopção e a concepção de programas mais flexíveis, como os dos serviços educativos, por exemplo.

Este campo que fica em aberto para trabalhos futuros será relevante e determinante para a percepção real e efectiva da relação da Escola com o território da Baixa-Chiado, nomeadamente ao nível dos equipamentos culturais.

Se é clara e incontestável a importância da Escola, na sociedade actual, na formação integral dos indivíduos e na promoção de uma educação ao longo da vida, menos clara é a real relação dos municípios, particularmente o município de Lisboa, com as Escolas. Nos diferentes documentos orientadores de estratégias para o futuro são raras as referências à Escola, como parceira no desenvolvimento cultural da cidade e no estabelecimento de relações de proximidade com o território. Por outro lado, a acção directa do município na Escola passa grandemente pela requalificação do espaço físico e com o público escolar, com a criação de um programa apelidado de cultural, mas cujos conteúdos, por vezes estão desajustados das necessidades dos professores. Porém é de salientar que o investimento que é feito pelo município, ao nível da concepção e criação de recursos materiais dirigidos às escolas tem sido uma preocupação constante, apesar da alternância política.

Ao longo de todo o trabalho de projecto foi evidente que a relação com o Património implica a articulação entre si de múltiplas interacções. A criação de qualquer projecto dirigido ao público escolar deverá ter em conta, em primeiro lugar, o contacto directo com o Património. Este permitirá não só a aprendizagem dos saberes, das múltiplas áreas curriculares disciplinares do ensino, mas também o desenvolvimento de competências.

Porém, e apesar do Património ser um eixo importante de toda a acção educativa e cultural, as respectivas práticas não podem estar dissociadas entre si, antes, deve haver uma colaboração que estimule «...a criação cultural nas suas diferentes áreas, e ainda as bases culturais de toda a população.»¹⁶⁵

Relativamente à Escola, em concreto, e independentemente do rumo da organização curricular do Ensino Básico, é claro e inequívoco o poder didáctico e pedagógico que o Património tem ao serviço das aprendizagens e no desenvolvimento de competências, porque a Escola não pode ser encarada pelos alunos como um mero lugar de passagem, ela é também «... um lugar de que se apropriam durante os anos que a frequentam, onde permanecem diariamente para actividades múltiplas e não só para a assimilação de conhecimentos.»¹⁶⁶

¹⁶⁵ GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Problemas de Portugal – mudar de rumo*, Lisboa: Edições Colibri, 2009, p.71.

¹⁶⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães, “Prefácio” in SÉRGIO, António, *Educação Cívica*, pp. 11-12.

6. BIBLIOGRAFIA

Álvaro Siza - Imaginar a Evidência, Lisboa, Edições 70, 2009.

A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial. Comunicações das Jornadas 9-10 Outubro de 2003, Lisboa, Edição Câmara Municipal de Lisboa, 2004.

A Gestão do Sistema Escolar, Seminários, Lisboa: CRSE, GEP/ME, 1988.

Baixa Pombalina: Bases Para Uma Intervenção de Salvaguarda, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana, Coleção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI, 2005.

Chiado Cultural Resources Guide, Lisboa: Centro Nacional de Cultura, 2004.

Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais, 2ª edição, Lisboa: Ministério da Educação: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2007.

Diagnóstico Sócio-urbanístico da Cidade de Lisboa. Uma perspectiva censitária (2001), Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro de Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano, Coleção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI, 2004.

Dossier de Candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Vereação do Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana, s.d.

Ensinar e Aprender. Rumo à Sociedade Cognitiva. Livro Branco' sobre educação e formação. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995.

Estratégias para a Cultura em Lisboa, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro da Cultura, 2009.

Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009.

Manual de Educação em Património Arquitectónico, Lisboa: Edição da Revista G.E.Co.R.P.A, 2005.

Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, nº21, Lisboa: Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro 2004.

Nota Pastoral para a semana Nacional da Educação Cristã (2 a 9 de Outubro de 2005), in *Pastoral Catequética*, nº 4, Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, Janeiro-Abril 2006.

Templos de Lisboa – Baixa Chiado, Coordenação do Centro Nacional de Cultura, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa e Centro Nacional de Cultura, 2000.

AFONSO, Maria Rosa

Construir e Viver a Cidadania em Contexto Escolar, Lisboa: Plátano Editora, 2005.

AFONSO, Maria Rosa; GIL, Helena Isabel de Miranda

Educação para a Cidadania. Guião de Educação para a Cidadania em contexto escolar...Boas Práticas, Lisboa: Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2007.

ALLARD, M.; LEFEBVRE, B. (dir.)

Le Musée, un projet éducatif, Montréal: Éditions Logiques, 1996.

ALLARD, M. ; BOUCHER, S.

Le Musée et l'école, Montréal: Hurtubise H.M.H., 1991.

ALLARD, M. ; LEFEBVRE, B. (dir.)

Musée, culture et education, Montréal: Éditions MultiMondes, 2000.

ABREU, João Pedro Coelho Gomes de

Museus, Comunicação e Identidade Visual, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2002.

ARAÚJO, Ana Cristina [et. al.] (Organizadores)

O Terremoto de 1755: Impactos Históricos, Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

ARAÚJO, Renata de

Lisboa, a Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos, Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

BARBOSA, Luís Marques

Pensar a Escola e os seus Actores, Sintra: Associação de Professores de Sintra, 1997.

BARBOSA, Luís Marques

A Função Social da Escola, Conferência apresentada no âmbito do III Encontro de Educação de Sintra, Sintra: s.e., 2000.

BARBOSA, Manuel; TEIXEIRA, Luís Manuel; DUARTE, Rui Adelino Pinto

Educar para a Cidadania através da Arte e do Património: um projecto de investigação – acção com os alunos da Escola EB 2 e 3 de Vila Pouca de Aguiar, Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2001.

BARCA, Isabel; MAGALHÃES, Olga

“O passado e o presente: um estudo no âmbito do projecto de consciência histórica – teoria e práticas” in *O estudo da História*, n.º 5, Lisboa: Associação de Professores de História, 2004.

BERNARDO, Ana Cristina D' Aça Castel-Branco e Almeida

Formação estética e cidadania: o Palácio da Pena como património artístico e museu histórico de artes aplicadas, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica, 1998.

- GARCIA BLANCO, Angela
Didáctica del Museo, Madrid: Editiones de la Torre, 1994.
- BONÊCO, Helder Montez Gomes
O Perfil de Competências do Aluno à saída da Escolaridade Básica. Um estudo sobre representações dos professores do 9º ano de escolaridade, Dissertação de Mestrado em Educação, Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2000.
- BRACONNIER, Alain
Guia da Adolescência – primeiro volume, Lisboa: Prefácio, 2002.
- BRITO, Paulo Filipe Freitas Freire
Museus e Programas Escolares – um instrumento para a prática docente na disciplina de História, Tese de Mestrado em Museologia, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- CAMPOS, José António de Freitas
Escolas e Museus – “Parceiros na Educação”, Cadernos do Museu da Electricidade, n.º 3, Lisboa: Museu da Electricidade, 2004.
- CAMPOS, Maria João Velhinho
“O Terramoto de 1755” in *História*, Lisboa: História – Publicações e Conteúdos Multimedia, Outubro de 2005, n.º 80, pp. 20-27.
- CAPUL, Maurice; LEMAY, Michel
Da Educação à Intervenção Social, Porto: Porto Editora, Coleção Educação e Trabalho Social, 1º volume.
- CANDAU, V.M. (org.)
Reinventar a Escola, Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto
O Terrível Terramoto da Cidade que foi Lisboa. Correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli, Lisboa: Aletheia Editores, 2005.
- CARNEIRO, Roberto
Educação para a Cidadania e Cidades Educadoras, Macau: Leal Senado de Macau, 1998.
- CARVALHO, Carolina; SOUSA, Florbela de; PINTASSILGO, Joaquim (Org.)
A educação para a cidadania como dimensão transversal do currículo escolar, Coleção Educação, Porto: Porto Editora, 2005.
- CHOAY, Françoise
Alegoria do Património, 2ª edição, Lisboa: Edições 70, Coleção Arte e Comunicação, 2008.
- CÓIAS, Vítor
“Os miúdos e o futuro – o poder do exemplo” in *PEDRA E CAL*, n.º 44, Lisboa: GECORPA, Out-Dez 2009, p.2.
- CORDEIRO, Graça Índias; VIDAL, Frédéric (Coord.)
A Rua – Espaço, Tempo, Sociabilidade, Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

COSTA, Ana Cristina Martinho Ferreira da
Espaços, Significados e Vivências. Dinâmicas da relação do homem ambiente construído, Dissertação de Mestrado em Ecologia Urbana, Évora: Universidade de Évora, 1997.

COSTA, Pedro
A Cultura em Lisboa: competitividade e desenvolvimento, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

DAHRENDORF, Ralf
A quadratura do Círculo. Bem-estar Económico, Coesão Social, Liberdade Política, Lisboa: Edições 70, 1996.

DAHRENDORF, Ralf
“The changing quality of citizenship” in *The condition of citizenship*, ed. Bart van Steenberghe, London: Sage Publications, 1994, pp. 10-19.

DELORS, Jacques (Coordenação)
Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI, 9ª edição, Lisboa: Edições Asa, 2005.

DIOGO, João
Marcating - Gestão Estratégica da Marca, Lisboa: Paulus Editora, 2008.

DUARTE, Ana Maria Lopes
Educação Patrimonial. Guia para professores e monitores de museus e tempos livres, 2ª edição, Lisboa: Texto Editora, 1994.

FERREIRA, Maria Manuela de Jesus
Educação para a Cidadania: As práticas educativas no contexto de uma nova reforma curricular, Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional, Lisboa: Universidade Aberta, 2003.

FONSECA, António Manuel
Educar para a Cidadania. Motivações, Princípios e Metodologias, Porto: Porto Editora, 2001.

FORTUNA, Carlos
Identidades, Percursos, Paisagens Culturais, Oeiras: Celta Editora, 1999.

FORTUNA, Carlos
“As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais” in *Cultura e Economia. Actas do Colóquio realizado em Lisboa 9-11 de Novembro de 1994*, Coordenação de Maria de Lourdes dos Santos, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 209-229.

FRANÇA, José-Augusto
Lisboa: Urbanismo e Arquitectura, 5ª edição, Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

FRANÇA, José-Augusto,
“Lisboa Pombalina” in *A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial. Comunicações das Jornadas 9-10 Outubro de 2003*, Lisboa: Edição Câmara Municipal de Lisboa, 2004.

FRÓIS, Pedro, “E as artes, Senhor?”, in *Notícias Magazine*, n.º 430 (Suplemento do *Jornal de Notícias* n.º 804/112 e *Diário de Notícias* n.º 47997), 20 de Agosto de 2000.

GAMEIRO, José Manuel da Silva
Património e Museologia. Da realidade global à perspectiva local, Dissertação de Mestrado em Ciências Exactas e Humanas, Faro: Universidade do Algarve, 1998.

GARCÍA, C. M.
Formação de Professores – Para uma mudança educativa, Porto: Porto Editora, Colecção Ciências da educação, 1999.

GIL, Isabel Capelo
Comunicação e Cultura, Revista da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa: Quimera, 2006.

GODINHO, Vitorino Magalhães
Os Problemas de Portugal, Lisboa: Eduções Colibri, 2009.

GÓIS, Damião de
Descrição da Cidade de Lisboa, Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

GUERRA, Isabel (Coordenadora)
A Baixa Pombalina: Diagnósticos, Prospectiva e Estratégia de Actores, Oeiras: Celta Editora, 1999.

HENRIQUES, Mendo [et.al.]
Educar para a Cidadania, Lisboa: Plátano, 2000.

HOLANDA, Francisco de
Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa, Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

HOMEM, Amadeu
A Propaganda Republicana. 1870-1890, Coimbra: Coimbra Editores, 1994.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz
Guia Básico de Educação Patrimonial, Brasília: Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IGREJA, Manuel de Azevedo Almeida
A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de história e geografia de Portugal e História - 2.º e 3.º ciclos do ensino básico: da reforma curricular (1989) à reorganização curricular (2001), Dissertação de Mestrado em Educação, Braga: Universidade do Minho, 2004.

LEAL, Joana Cunha
“Legitimação artística da Baixa Pombalina. Um percurso pela crítica e pela história da arte portuguesas” in *Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, n.º 21, Lisboa: Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro 2004, pp.6-17.

LEAL, Joana Cunha
Arquitectura Privada, Política e Factos Urbanos em Lisboa. Da Cidade Pombalina à Cidade Liberal, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, 2 volumes.

- LOUDE, Jean-Yves
Lisboa Na Cidade Negra, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005.
- LYNCH, Kevin
A Imagem da Cidade, Lisboa: Edições 70, Coleção Arquitectura e Urbanismo, 2008.
- MAFRA, Margarida
“À descoberta do nosso património” in *Ilbarq*, nº 3, Gaula, Archais, 2003.
- MAGALHÃES, Fernando
Museus, Património e Identidade: Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição, Porto: Profedições, 2005.
- MARQUES, Helder; MARTINS, Luís
“Memória, Herança, Património e Paisagem” in *Cadernos de Geografia*, n.º 17, Coimbra: F.L.U.C., 1998, pp. 123-129.
- MARQUES, Ramiro
A Cidadania na Escola, Lisboa: Livros Horizonte, Coleção Biblioteca do Educador, 2008.
- MARTINS, Célia Maria de Jesus
Educar para a Cultura: o caso da Literatura e do Teatro, Dissertação de Mestrado em Gestão do Património Cultural, Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2001, 2 volumes.
- MARTINS, Guilherme d’ Oliveira
Portugal – Identidade e Diferença, Lisboa: Gradiva Editores, 2007.
- MARTINS, Guilherme d’ Oliveira
Património, Herança e Memória. A cultura como criação, Lisboa: Gradiva Editores, 2009.
- MARTINS, Vítor Tavares
Para uma Pedagogia da Criatividade, Lisboa: Edições Asa, 2000.
- MATEUS, José Mascarenhas
“A autenticidade e integridade da Baixa Pombalina” in *Lisboa Futura*, nº5, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Setembro de 2005.
- MATEUS, João Mascarenhas (Coordenação)
Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Coleção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI, 2005.
- MATURANA, Humberto R.
Emoções e linguagem na educação e na política, Belo Horizonte: Edições UFMG, 1998.
- MENEZES, Maria de Fátima de Faria Pinto de
Museus e Ensino: uma análise histórica sobre museus pedagógicos e escolares em Portugal (1836-1933), Dissertação de Mestrado, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

MESTRE, Victor

“Património Imaterial. Quando a intervenção supera o bem histórico material” in *Biografia de um Pombalino. Um caso de reabilitação na Baixa de Lisboa*, Lisboa: Edições Orion, 2009, pp. xi-xv.

MOITA, Irisalda

“A Imagem e a Vida da Cidade” in *Lisboa Quinhentista*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1983.

MOITA, Irisalda (Coordenação)

O Livro de Lisboa, Lisboa: Livros horizonte, 1994.

MOREIRA, João Lino Pereira

Educação para o Património Cultural. O Exemplo de Machico, Machico: Câmara Municipal de Machico, 2006.

MORIN, Edgar

Os sete saberes para a educação do futuro, Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Horizontes Pedagógicos, 2002.

MOURA, Horário de

Reflexões sobre os Discursos de Salazar, Coimbra: Gráfica de Coimbra, s.d.

NAPOLEÃO, Maria Eduarda

Lisboa, Urbanismo e Política, Lisboa: bnomics, 2009.

NEVES, Maria José dos Reis

Educação para a Cidadania. Contributo para o estudo de Competências de Cidadania no 3º Ciclo do Ensino Básico, Dissertação de Mestrado em Educação e Sociedade, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006.

NOGUEIRA, Conceição; SILVA, Isabel

Cidadania. Construção de novas práticas em contexto educativo, Lisboa: Edições Asa, Coleção Guias Práticos, 2001.

NÓVOA, António

“Ensino Primário” in *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa: Bertrand Editora, volume I, 1996, pp. 303-305.

OGANDO, Maria Ferreira de Lima Araújo

Reabilitação Sustentável na Baixa Pombalina: um estudo de caso Baixa Pombalina, Dissertação de Mestrado em Recuperação e Conservação do Património Construído, Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2007.

OLIVEIRA, Abílio

Ilusões: A Melódia e o Sentido da Vida na Idade das Emoções. Representações Sociais da Morte, do Suicídio e da Música na Adolescência, Dissertação de Doutoramento em Psicologia Social e Organizacional, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2003.

OLIVEIRA, Maria Eugénia Domingos Frias de

Educação para a Cidadania e para os Desafios da Globalização, Dissertação de Mestrado em Ciências Religiosas, Porto: Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2003.

- PAIS, José Machado
Sociologia da Vida Quotidiana, 3ª edição, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- PEREIRA, Gonçalo
“Lisboa 01.11.1775. O dia em que tudo ruiu” in *National Geographic Portugal*, Lisboa: s.e., Novembro de 2005, n.º 56, pp. 82-99.
- PEREIRA, Paulo
“O Património como ideologia: as intervenções no património edificado”, in *Leituras*, n.º 14-15, Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa: Biblioteca Nacional, Primavera - Outono 2004.
- PICOITO, Pedro
“Lisboa antes do Terramoto” in *História*, Lisboa: História – Publicações e Conteúdos Multimedia, Outubro de 2005, n.º 80, pp. 28-31.
- PINTO, C.A.
Sociologia da Escola, Lisboa: McGraw-Hill, 1995.
- PINTO, Fernando Cabral
Cidadania, Sistema Educativo e Cidade Educadora, Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- PINTO, José Madureira
“Intervenção cultural em espaços públicos”, in *Cultura e Economia. Actas do Colóquio realizado em Lisboa 9-11 de Novembro de 1994*, Coordenação de Maria de Lourdes dos Santos, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp.191-207.
- PIRES, José Cardoso
Lisboa, Livro de Bordo. Vozes, olhares, memorações, 6ª edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2001.
- PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João
Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades, 2ª edição, Lisboa: CEFA/Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- PRAIA, Maria
Educação para a Cidadania, Porto: Edições Asa, 2001.
- PROENÇA, Maria Cândida
Didáctica da História, Lisboa: Universidade Aberta, 1989.
- PROENÇA, Maria Cândida (Coordenação)
O Sistema de Ensino em Portugal (Séculos XIX-XX), Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- PROENÇA, Maria Cândida; MANIQUE, António Pedro
Didáctica da História – Património e História Local, Lisboa: Texto Editora, Coleção Educação Hoje, 1994.
- QUEIROZ, Francisco; PORTELA, Ana Margarida
Conservação Urbana e Territorial Integrada. Reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal, Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

- READ, Herbert
Educação pela Arte, Lisboa: Edições 70, Colecção Arte e Comunicação, 2007.
- REY, Bernard [et.al.]
As Competências na Escola - Aprendizagem e Avaliação, Lisboa: Edições Gailivro, 2005.
- RIBEIRO, António Pinto
Abrigos: condições das cidades e energia da cultura, Lisboa: Edições Cotovia, 2004.
- RIBEIRO, António Pinto
À Procura da Escala, Lisboa: Edições Cotovia, 2009.
- RIBEIRO, José Alberto (Org.)
Memórias de uma Cidade Destruída. Testemunhos das Igrejas da Baixa-Chiado, Lisboa: Alêtheia Editores, 2005.
- ROSSA, Walter
Além da Baixa. Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista, Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.
- SALAZAR, António de Oliveira
Como se reergue um Estado, Lisboa: Esfera do Caos, 2007.
- SALGUEIRO, Teresa Barata,
“Da Baixa aos centros comerciais. A recomposição do centro de Lisboa” in *Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, nº21, Lisboa: Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro 2004, pp. 214-223.
- SALGUEIRO, Teresa Barata,
“Desenvolvimento Urbano de Lisboa” in *Revista de Estudos Regionais*, n.º 5, Lisboa: Edições do Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, 2º Semestre, 2003, pp. 7-22.
- SAMPAIO, Daniel,
Ninguém morre sozinho, 12ª edição, Lisboa: Caminho, 2002.
- SANCHES, Maria de Fátima Chorão (Org.)
A escola como espaço social. Leituras e olhares de professores e alunos, Porto: Porto Editora, Colecção educação, 2009.
- SANTOS, Maria Helena dos Santos
A Baixa Pombalina. Passado e Presente, Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- SANTOS, Narazé Cristina,
“Ser Adolescente Hoje (a visão do psiquiatra) ” in *Encontros sobre Adolescência, Selecção de Comunicações*, Lisboa: Selegrafe, 1995, pp.33-39.
- SANTOS, Rogério
Indústrias Culturais – Imagens, Valores e Consumos, Lisboa: Edições 70, 2007.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos
Catálogo da Exposição Comemorativa do Terramoto de 1755. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1934

SÉRGIO, António
Cartas sobre a Educação Profissional. Escritas ao Director da Academia de Estudos Livres. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1967.

SÉRGIO, António
Educação Cívica, 3ª Edição, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

SEIXAS, João
“A Baixa Pombalina: Análise sócio-económica de um centro mercantil europeu no início do século XXI” in *Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*, Coordenação de João Mascarenhas Mateus, Lisboa: Edição Câmara Municipal de Lisboa, Colecção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI, 2005, pp. 69-81.

SILVA, Augusto Santos
“Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas” in *Cultura e Economia. Actas do Colóquio realizado em Lisboa 9-11 de Novembro de 1994*, Coordenação de Maria de Lourdes dos Santos, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 253-270.

SILVA, Raquel Henriques da
“O Museu como fonte de saber artístico” in *Arte Ibérica*, n.º 38, Lisboa: Editora Arrábida, Agosto 2000, pp.30-32.

SILVA, Raquel Henriques da
“Lisboa reconstruída e ampliada (1758-1903)” in *1758 Lisboa: O Plano da Baixa Hoje*, Coordenação de Ana Tostões e Walter Rossa, Catálogo da Exposição, Lisboa: Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 2008, pp. 127-164.

SILVA, Raquel Henriques da
Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, 2 volumes.

SOUSA, Maria Gracinda, SAMPAIO, Manuela
A Parceria entre a Escola, a Família e a Comunidade: O Património Cultural Local como forma de envolvimento dos Pais, Lisboa: Edição do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, 2000.

STRECHT, Pedro
A minha escola não é esta. Dificuldades de aprendizagem e comportamento em crianças e adolescentes, Lisboa: Assírio & Alvim, 2008.

TELMO, Isabel Cottinelli
O Património e a Escola. Do Passado ao futuro, Lisboa: Texto Editora, 2000.

TOSTÕES, Ana; ROSSA, Walter (Coordenação)
1758 Lisboa: O Plano da Baixa Hoje, Catálogo da Exposição, Lisboa: Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 2008.

TRILLA, Jaume (Coordenação)
Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos, Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

VILAR, Emílio Rui
“Sobre a Economia da Cultura” in *Comunicação e Cultura*, nº 3, Lisboa: Quimera, 2007, pp. 131-144.

MANUAIS ESCOLARES

ALVES, Graça; FERNANDES, Maria Gorete
Mission Spéciale 8, Lisboa: Texto Editora, 2008.

CARNEIRO, Humberto Melo; NOGUEIRA, Joaquim, PORFÍRIO, Manuel
Tecnologia - 3º Ciclo - 7.º/8.º Anos, Lisboa: Edições Asa, 2003.

DAVIES, Paul; FALLA, Tim; KELLY, Paul
Bright Lights 8, Oxford University Press, 2006.

FERNANDES, Conceição; BASTOS, Luísa; NOGUEIRA, Maria
Rumos | População e Povoamento | Atividades Económicas | Geografia 8º ano, Porto: Porto Editora, 2007.

GRAÇA, Cristina Carrilho da [et.al.]
Ver, Desenhar e Criar. Educação Visual 7.º 8.º 9.º Anos / 3º Ciclo do Ensino Básico, Lisboa: Lisboa Editora, 2006.

MAIA, Cristina; BRANDÃO, Isabel Paulos
Viva a História! | História 8º Ano, Porto: Porto Editora, 2007.

PASSOS, Iolanda Centeno; CORREIA, Olga Flora
Matemática em Ação – Parte 1. 8º Ano / 3º Ciclo do Ensino Básico, Lisboa: Lisboa Editora, 2003.

PASSOS, Iolanda Centeno; CORREIA, Olga Flora
Matemática em Ação – Parte 2. 8º Ano / 3º Ciclo do Ensino Básico, Lisboa: Lisboa Editora, 2003.

PEREIRA, Jorge Augusto Paulo (Coord.)
Livres Para Amar. Manual do Aluno 8º Ano. Educação Moral e Religiosa Católica, Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2009.

PINO MORGÁDEZ, Manuel del; MEIRA, Suzana
Español 2, Porto: Porto Editora, 2010.

RIBEIRO, José Fernando; RIBEIRO, Maria Conceição
PONTO POR PONTO 8º, Lisboa: Asa Editores, 2009.

SILVA, Amparo Dias da [et.al.]
Planeta Vivo | *Ciências Naturais 8º Ano*, Porto: Porto Editora, 2007.

SILVA, António José [et.al.]
(CFQ)8 Ciências Físico-Químicas | *Terceiro Ciclo do Ensino Básico* | *Sustentabilidade na Terra*, Porto: Areal Editores, 2008.

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Portuguesa, 1976, 4ª edição, Coimbra: Atlântida, 1978.

“Decreto com força de lei de 29 de Março: Reorganizando os serviços da instrução primária” in *Diário do Governo*, n.º 73, de 30 de Março de 1911.

Decreto-Lei n.º286/89, *Diário da República* n.º 198/89, Série I, de 29 de Agosto.

Decreto-lei 6/2001, Artigo 5º - 3 c, *Diário da República* nº 15 – Série I -A, de 8 de Janeiro de 2001.

Lei n.º 44/86, *Diário da República* n.º 237/86, Série I, de 14 de Outubro.

Lei 49/2005, *Diário da República* nº 166, Série I, de 30 de Agosto.

Decreto-Lei 2008/2002, *Diário da República* n.º 240, I série – A, 17 de Outubro de 2002.

INTERNET

<http://europa.eu/> - União Europeia

<http://www.min-edu.pt> – Ministério da Educação

<http://www.dgidc.min-edu.pt> – Direcção Geral da Inovação e do Desenvolvimento Curricular

<http://www.cm-lisboa.pt> – Câmara Municipal de Lisboa

<http://www.igespar.pt> - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

<http://www.monumentos.pt> - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

<http://www.turismodeportugal.pt> - Turismo de Portugal